

Dezembro de 2025

EXTRACTOS DE IMPRENSA

**Principais notícias sobre Terra, Habitação,
Violência Baseada no Gênero e Microfinanças.**



Sumário

Sumário.....	2
Introdução	1
Terra.....	2
Venda ilegal de terrenos vai chegar aos tribunais.....	2
Governador condena ocupação ilegal de lotes	3
Sociedade civil indica ideias e soluções para os conflitos de terra na Região Sul.....	5
.....	5
Género e Violência.....	8
Encontro aborda políticas de apoio a mães de crianças com falciformação	8
“Não temos ainda um país inclusivo para pessoas com deficiência”	9
Alunos esclarecidos sobre violência sexual.....	19
Violência contra mulheres e crianças: Centro de aconselhamento regista dezenas de casos.....	21
.....	21
Jornalistas chamadas ao combate à violência	22
Violação dos direitos da criança preocupa INAC	24
Mais de 200 <i>crianças</i> carenciadas beneficiam de bens diversos em Ícolo e Bengo.....	25
Mais de cem jovens formados em Luanda	26
OMA repudia acto de violência sexual e física a jovem em Luanda	28
.....	28
Detidos supostos envolvidos no crime de abuso sexual contra menor de 15 anos em Viana.....	29
Débora Maira João: Um talento angolano além-fronteiras	30
Caso de abuso sexual contra menor que viralizou está a ser acompanhado	32
Um jovem de 25 anos deu entrada, domingo, no Hospital Geral.....	33
Analisado programa de crianças em situação de rua	34
Urbanismo e Habitação	34
Estradas e habitações entre as prioridades para 2026.....	35
Obras para construção de novas habitações lançadas hoje	36
Região do Quêlo vai contar com nova unidade sanitária.....	37

Mais seis municípios do Huambo vão ter energia eléctrica de fontes limpas	38
Microfinanças	39
Mais de 730 idosos beneficiam de apoio social do Banco Keve em 11 províncias.....	40
Jovens locais capacitados para a produção de ovos	41
Angola alcança nível de maturidade digital na Administração Pública.....	43
Huíla escoia mais de 1500 toneladas de ameixas e laranjas	45
Cesta básica regista aumento de preços em véspera de Natal	45
Produção de arroz na Huíla: Fazenda da Matala eleva safra para 5 mil toneladas por ano	47
Feira de Produtos Agrícolas da Província de Cabinda arrecada mais de 63 milhões.....	49
Ministério das Finanças pagou salários de todos funcionários públicos	51
Avicultor local garante venda de frangos para quadra festiva.....	52
Feira da batata abre oportunidades para o escoamento de produtos.....	53
Falhas embaraçam cidadãos utilizadores	55
Executivo garante pagamento integral.....	56
Cultivo de feijão no Bié conquista maior espaço.....	57
Sector produtivo gera mais de cinco mil postos de trabalho no Namibe.....	58
Executivo continua a priorizar investimento no capital humano	59
Do fardo ao destino com estilo	61
Corredor do Lobito coloca Angola no tabuleiro da geopolítica global	64
Angola reduz importação de farinha de trigo, milho e óleo alimentar	67
Produzidas mais de 18 mil toneladas de sal no município da Baía Farta	68

Introdução

O Extracto de imprensa é um produto do Centro de Documentação da Development Workshop Angola que desde 2001 tem estado a trabalhar na recolha, no armazenamento e na disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País. O Extrato tem uma periodicidade mensal onde os especialistas da DWA recolhem os distintos jornais diários que circulam na cidade de Luanda para que sejam selecionados eventos publicados que estão fortemente vinculados com o desenvolvimento socio económico nacional.

Deste modo este documento é uma compilação dos extratos de impressas mensais onde vem selecionado noticias relacionadas com a terra, habitação, meios de subsistencia, ambiente e violência do género. Pretende-se com esta parte dos extratos de imprensa ser um veiculo de informações ligados as temáticas mencionadas para os diferentes interessados principalmente os distintos beneficiarios do projecto “Espaço Mulher” que está sendo implementado pelo sector de terras da DWA nos municipios do Huambo, Chicala Cholohanga e Cachiungo.

Esta parte do extrato de imprensa pode ser usado como um dos instrumentos para a monitoria da implementação de politicas públicas gizados pelo governo angolano dentro de um periodo especifico de governação, facilitando assim que os cidadãos de forma individual ou associada possam ter conhecimentos sobre a execução de projectos e programas ligados aos acesso a terra, habitação e meios de subsistências bem como a iniciativas existentes sobre o meio ambiente e mitigação dos efeitos causados pela variação climática.

De salientar que, o propósito maior do extrato de imprensa é facilitar o acesso à informação ao cidadão que tem encontrado dificuldades de obte-las porquanto que os jornais que têm sido a fonte de informação têm circulado simplesmente em Luanda.

Bom proveito!

Terra

PDN-Eixo 4: Reduzir as desigualdades sociais, erradicando a fome e a pobreza extrema, promovendo a igualdade do género e solucionando os desafios multidimensionais e transversais à elevação da qualidade de vida das populações

(PDN-2023-2027)



Venda ilegal de terrenos vai chegar aos tribunais

12 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

José Rufino | Luena Jornalista

Líderes do poder tradicional envolvidos em negócios de venda ilegal de terrenos na comuna do Cassongo, município do Luena, vão ser levados à justiça para responsabilização criminal, disse, quinta-feira, ao Jornal de Angola a administradora da circunscrição.

Teresinha Tomás afirmou que há relatos de regedores e sobas ligados, supostamente, à venda de espaços para a construção de residências e outras estruturas.

A administração municipal, disse, tem mantido contactos com as autoridades tradicionais no sentido de se absterem desta prática que lesa os interesses do Estado e incentiva a desordem no seio da população.

Teresinha Tomás disse que as pessoas têm sido aconselhadas a manter uma boa parceria com a Administração Local do Estado e a exercer apenas as actividades que a lei prevê para os líderes do poder tradicional.

“Na qualidade de Administração Comunal, não estamos sossegados até que os prevaricadores sejam conduzidos às barras do tribunal e sejam responsabilizados pelos actos”, disse, para sublinhar que a concessão de terra só cabe às autoridades administrativas por via das normas legais estabelecidas.

Os cidadãos que adquiriram terreno, cujos intermediários foram autoridades tradicionais, devem contactar a Administração para legalização.

No próximo segundo, disse, consta das acções prioritárias a intensificação do processo de loteamento de terrenos ao nível da comuna, a fim de facilitar a construção de residências e outros serviços sociais que vão ajudar no desenvolvimento local.

Vandalismo

Teresinha Tomás lamentou o índice de vandalismo de infra-estruturas que está a condicionar o fornecimento de água e a iluminação pública na localidade.

De acordo com a responsável, no total de 20 furos de água e chafarizes que tinham sido colocados à disposição da população, estão todos inoperantes por conta de acções dos meliantes, situação que acontece com os postos de iluminação pública que deixaram de funcionar por causa do roubo das placas solares.



Governador condena ocupação ilegal de lotes

13 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Manuela Mateus | Sequele Jornalista

O governador provincial do Icolo e Bengo, Auzílio Jacob, apelou, sexta-feira, no município do Sequele, aos cidadãos a optar pela ocupação legal de terrenos para a construção de residências ou outras estruturas comerciais. Essa posição foi manifestada quando procedia a uma visita de constatação às obras de alargamento, terraplanagem e asfaltagem em curso na via que liga o mercado do KM30 à avenida Fidel Castro Ruz, conhecida como Via Expressa, e do Centro Logístico e de Distribuição (CLOD), na zona da Baía, no município do Sequele, na Estrada Nacional (EN) 230, em que referiu que há cidadãos a construir no perímetro de obras sem autorização.

Essa situação, disse, tem dificultado a sequência normal dos trabalhos levados a cabo pelas equipas técnicas no terreno, o que pode influenciar no cumprimento dos prazos contratuais para a conclusão do projecto de impacto social.

De acordo com o governador do Icolo e Bengo, há sinais claros de oportunismo por parte de algumas pessoas que estão a colocar bases para a edificação de residências e estabelecimentos comerciais sem a devida autorização das autoridades.

Com um percurso de 12 quilómetros, o projecto, a cargo da construtora Afavias, está avaliado em mais de 25 mil milhões de kwanzas, num prazo de execução de oito meses, explicou o governador, anunciando o reforço das medidas de fiscalização para acabar com a prática de invasão de terrenos.



Sociedade civil indica ideias e soluções para os conflitos de terra na Região Sul

29 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Fernado Neto | Huíla Jornalista

Os conflitos relacionados com o acesso à água e ao pasto, que por vezes resultam em conflitos sangrentos no Sul de Angola, sobretudo nas comunidades residentes na província do Namibe, e na sua essência reflectem um problema que se arrasta há décadas naquela região.

Embora a seca seja um factor agravante, representantes da sociedade civil local, líderes comunitários, juristas, académicos, religiosos, autoridades tradicionais e policiais, alertaram, na província da Huíla, que as causas são muito mais profundas, envolvendo questões históricas, culturais, jurídicas e de governação. Em suma, é quase consensual a ideia de que a necessidade de políticas estruturantes de gestão de recursos hídricos e de valorização do conhecimento comunitário perpetua um ciclo de tensões que já provocou dezenas de mortes.

O Jornal Ventos do Sul, um dos títulos da Edição Novembro, ouviu várias individualidades com o conhecimento da região, da problemática que envolve os conflitos de terras e com sugestões relativamente às melhores abordagens para lidar com o fenómeno.

Figura conhecida em questões do género na região, o padre Jacinto Pio Wakussanga recorda que o problema da terra no Sul do país não “nasceu” agora. Segundo diz, os conflitos actuais não podem ser separados de um passado marcado pela violência e pela imposição de modelos externos. “Houve genocídios, marginalização social e destruição da identidade cultural. Até hoje, muitas comunidades não se sentem parte das decisões que moldam o seu destino”, dá nota. Para o padre Jacinto Pio Wakussanga e outras entidades conhecedoras do fenómeno, a forma como a ocupação

colonial desenhou fronteiras, loteou terras e estabeleceu relações de poder contribuir para enfraquecer a organização comunitária.

Por conseguinte, trata-se de um legado que ainda pesa no presente, na medida em que muitas famílias vivem em zonas de uso colectivo, mas sem garantias formais de posse, condição que as torna vulneráveis a disputas com vizinhos fazendeiros privados ou até mesmo com o próprio Estado. Assim sendo, Jacinto Pio Wakussanga defende medidas práticas que podem ser aplicadas com rapidez, como o aproveitamento da água subterrânea, abertura de cacimbas e construção de barreiras de areia. “As soluções existem, mas precisam de ouvir as comunidades e valorizar o conhecimento local”, considera. Relativamente às mortes, os números requerem acções práticas. O exemplo pode ser aferido no conflito que opôs as comunidades étnicas Nhanecas e Cuvale, no passado mês de Agosto, nos municípios de Cacimbas e Camucuio, província do Namibe. “A terra e a água constituem uma das causas destes conflitos.

Nos últimos meses, registámos 12 mortos e três feridos graves, resultantes do conflito entre comunidades étnicas Nhanecas e Cuvale”, disse o superintendente-chefe da Polícia Nacional, Florindo Braga. Segundo o oficial superior, apesar de operações policiais de dissuasão, assim como a mediação do conflito pelas autoridades religiosas e governamentais, a situação mantém-se tensa, embora reine uma certa acalmia. “Apesar do policiamento comunitário, a Polícia sozinha não resolve a crise. Há zonas em que as famílias se enfrentam com armas tradicionais e até de fogo, numa disputa que é pela sobrevivência. Sem soluções estruturais e integradas, os conflitos tenderão a repetir-se”, advertiu Florindo Braga.

Sistemas comunitários de retenção de água

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), António Carlos Cambuta, destaca que, no período colonial, existiam sistemas comunitários de retenção de água que desapareceram com o decorrer dos anos. “As represas eram construídas com esforço colectivo e garantiam abastecimento durante a estiagem. Com o tempo, deixaram de

ser mantidas e agora vemos comunidades sem alternativas”, lamenta. Para o dirigente da ADRA, a solução não se restringe na elaboração de grandes projectos centralizados, mas em intervenções distribuídas e sustentáveis.

Tradição e justiça do Estado em confronto

Sobre o assunto, o jurista Victorino Catumbela de Sá explicou que, na prática, coexistem quatro poderes no território, nomeadamente o instituído, o interno, o religioso e o consuetudinário.

Victorino Catumbela de Sá sustentou que a falta de integração entre esses sistemas cria vácuos de autoridade. “Os conflitos não se resolvem apenas com tribunais formais. Nas comunidades, muitas vezes, a responsabilização é colectiva e mais eficaz”, refere. Por sua vez, a empresária Filomena Oliveira apontou situações em que rios são desviados para abastecer fazendas privadas, enquanto aldeias inteiras ficam sem água. Nestes casos, Filomena Oliveira afirmou que a gestão de recursos hídricos privilegia quem tem poder económico em detrimento de quem mais precisa.

Na realidade, o conhecimento endógeno dessas comunidades deve ser aproveitado como base na elaboração das políticas ou programas sustentáveis de retenção ou aproveitamento das águas. Filomena Oliveira disse que os projectos estruturantes dirigidos às comunidades agropastoris do Sul de Angola devem partir do princípio que eles vivem como nómadas, num cenário de determinada dispersão propositada, para poderem fazer melhor gestão das zonas de pastos, do maneio do próprio gado e de outros recursos naturais inerentes à actividade. “Estes povos não estão 100 por cento sedentarizados, então os projectos para retenção de água devem ser numa medida que acompanhe essa dinâmica, essa dispersão, e eu não vejo capacidade para construirmos centenas de barragens e canais tipo do Cafu”, disse Filomena Oliveira, sublinhando que os mega projectos devem ser complementados com micro-projectos, com envolvimento das comunidades agropastoris, da sociedade civil, das igrejas e de outros actores que conhecem melhor as comunidades, para que as soluções apresentadas sejam efectivas às suas preocupações.

Género e Violência

Eixo 1 Programa 6.1: Garantir o usufruto efectivo dos direitos humanos para todos em Angola, em condições de igualdade e sem qualquer tipo de discriminação

(PDN-2023-2027)



Encontro aborda políticas de apoio a mães de crianças com falciformação

02 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

A presidente do Projecto Social Meia Lua, Princesa Gomes, defendeu, ontem, em Luanda, a necessidade de criação e reforço de políticas públicas voltadas ao apoio das mães de crianças com anemia de células falciforme, por conta dos desafios que esse grupo enfrenta no acompanhamento diário da doença.

Segundo a responsável, continuam a ser recorrentes os relatos de exaustão emocional, dificuldades no acesso aos serviços de saúde e ausência de redes de apoio que ajudem a reduzir o peso que recai sobre os cuidadores.

Lamentou igualmente os episódios de discriminação, falta de compreensão da sociedade e limitações socioeconómicas enfrentadas pelas mães, tanto

em zonas urbanas como periurbanas, agravadas pelas crises de dor e internamentos frequentes das crianças. Princesa Gomes solicitou uma maior intervenção das instituições competentes com vista a salvaguardar o bem-estar das mães e melhorar o acompanhamento das crianças afectadas pela anemia falciforme.

“As nossas mães enfrentam jornadas muito duras, muitas vezes sem apoio. É urgente criar mecanismos que garantam assistência efectiva a essas mulheres”, disse a presidente, que desde 2020 lidera iniciativas de apoio social e comunitário .



“Não temos ainda um país inclusivo para pessoas com deficiência”

3 de dezembro de 2025
Jornal de Angola

Angola não é, ainda, um país inclusivo para pessoas com deficiência, porque a implementação da Lei da Acessibilidade não se faz sentir, sendo visível a ausência de muitos direitos e meios de compensação no atendimento aos serviços públicos, considerou, terça-feira, em Luanda, a directora-executiva da Liga de Apoio à Integração da Pessoa com Deficiência (LARDEF), em entrevista ao Jornal de Angola, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Idalina Bota reconheceu que a inclusão das pessoas com deficiência tem sido um processo, mas disse que há, ainda, muito por se fazer e que é preciso mais empenho para que as leis sejam cumpridas para salvaguardar os direitos desta franja social.

A número um da LARDEF disse que a instituição está disposta a trabalhar com o Estado para que a inclusão se efective, tendo adiantado que “a pessoa com deficiência não quer caridade, apenas exige direitos iguais, porque existem muitos cidadãos formados nesta condição, com capacidade e vontade de trabalhar”.

A líder associativa lembrou, a título de exemplo, que o Decreto Presidencial de Reserva de Vagas para Emprego estabelece que as empresas públicas devem disponibilizar quatro por cento e as privadas dois por cento.

Apesar desta disposição legal, disse, a LARDEF tem um número muito reduzido de pessoas a trabalhar, porque existem alguns que até assinam contratos, mas depois não são admitidos pela deficiência que têm, que erradamente é sempre associada à incapacidade física.

Em outros casos, Idalina Bota referiu que há empresas que, quando se deparam em situação de despedir trabalhadores, geralmente as pessoas com deficiência são as mais prejudicadas.

Dados do Censo de 2024

De acordo com dados do Censo de 2024, publicados, recentemente, em Angola existem 333.004 pessoas com deficiência, que enfrentam desafios significativos de acessibilidade, especialmente em transportes públicos e infra-estruturas.

As causas dessas deficiências incluem o conflito armado, doenças como a poliomielite, sinistros rodoviários e falta de acesso à saúde preventiva.

Os dados foram confirmados, ontem, em Luanda, pela directora executiva da Liga de Apoio à Integração dos Deficientes (LARDEF), Idalina Bota, por ocasião do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que se assinala hoje.

A directora reconhece que o Governo tem implementado políticas para melhorar a inclusão social, como a Lei das Acessibilidades, e há um esforço contínuo para criar condições mais inclusivas no mercado de trabalho, educação e serviços sociais, mas esses objectivos ainda estão distantes de serem cumpridos.

Idalina Bota definiu que pessoas com deficiência são indivíduos com impedimentos de longo prazo, como físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais, que na interacção com barreiras sociais podem ver impedida a sua participação plena e efectiva na sociedade.

A terminologia oficial e mais adequada para estes cidadãos é “pessoa com deficiência”, pois dá prioridade à pessoa e reconhece a deficiência como uma característica de sua identidade, e não como algo de necessidade especial.

A directora-executiva da LARDEF informou que desde a fundação da Liga, a organização sempre implementou políticas de fomento do empreendedorismo da pessoa com deficiência, que têm permitido tirar algumas pessoas da extrema pobreza.

Idalina Bota considera que os problemas do sustento da pessoa com deficiência só podem ser alcançados com ideias consistentes e com uma equipa multisectorial, onde cada instituição pública ou privada participa com a garantia de apoios para se encontrarem soluções práticas e mitigar a maior dificuldade que é a falta de emprego.

Idalina Bota lamentou o facto de o país não possuir indústrias capazes de produzir material de compensação, com destaque a cadeiras de rodas, triciclos motorizados, entre outros meios.

“A LARDEF controla actualmente 8.782 membros, infelizmente de forma muito tímida, ainda temos muito que trabalhar, todos anos falamos das mesmas coisas, incumprimento das leis por falta de órgão fiscalizador,

recaindo a responsabilidade para as associações que trabalham com as pessoas com deficiência, que nem sempre são bem recebidas quando vão atrás de dados a determinadas instituições públicas”, lamentou.

A directora da LARDEF apontou que os pontos mais críticos são a falta de apoio técnico, com cadeiras de rodas, canadianas, muletas ou bengalas, a empregabilidade, transportes públicos acessíveis e com acessibilidades em todas as áreas.

A responsável disse que nos últimos anos melhorou a participação da Organização de Pessoas com Deficiência (OPD) em fóruns nacionais e internacionais, com a aprovação do Tratado de Marraquexe, tradução e lançamento do caderno materno-infantil em Braille.

Em relação à empregabilidade, Idalina Bota revelou que, infelizmente, não tem sido cumprido o Decreto Presidencial que favoreça as pessoas com deficiência, por continuarem a ser rejeitadas no mercado de trabalho, assim como o incumprimento da Lei do Subsídio nº 6/98, de 07 de Agosto, que estabelece um montante para cidadãos portadores de deficiência ou incapacidade permanente em Angola.

A referida lei, disse, tem como objectivo prestar assistência social a esses cidadãos que não tenham outros meios de subsistência ou que não sejam abrangidos por outros regimes de apoio social, garantindo o exercício dos seus direitos sociais.

A directora lamentou o facto das prioridades nas instituições não serem sempre respeitadas, concretamente na Banca e nos ATM, onde os guardas criaram a sua forma errada de dar prioridade às pessoas com deficiência, beneficiando quatro pessoas sem deficiência e apenas uma pessoa com deficiência, uma prática errada.

Inclusão na Governação local

Idalina Bota definiu que a Governação participativa local é quando a comunidade trabalha junto com as autoridades locais, nas administrações

municipais, comunais e conselhos locais, para decidir sobre prioridades, recursos e soluções para os problemas do território.

A inclusão da pessoa com deficiência na Governação Local, disse, representa um passo importante para se erguer uma sociedade mais justa e inclusiva. Em Angola, apesar dos progressos nas leis a favor das pessoas com deficiência, a sua presença activa nos processos de decisão política e da Administração Pública ainda enfrenta diversas barreiras. Entre elas estão as arquitectónicas, comunicacionais e atitudes, que limitam a sua participação plena.

“No entanto, este cenário também apresenta oportunidades para o fortalecimento da sociedade civil, descentralização da governação e o uso de tecnologia assistiva. Com uma abordagem inclusiva e estratégica, é possível transformar a realidade e garantir que as pessoas com deficiência sejam não apenas beneficiárias de políticas públicas, mas também participem na sua construção”, considerou.

A directora-executiva da LARDEF apontou que os principais desafios e barreiras comunicacionais são relacionadas à ausência de intérprete de língua gestual, fraca existência de documentos em braille ou formatos acessíveis.

Uma das dificuldades que as pessoas com deficiência também enfrentam em reuniões e sessões públicas, é a ausência de som, luz e legenda, por considerar que estes cidadãos são menos capazes de participar ou liderar.

Em relação às barreiras arquitectónicas, lamentou que os edifícios públicos e privados continuam sem rampas, corrimões, elevadores ou casas de banho acessíveis, assim como a falta de transportes públicos adaptados, o que dificulta a presença de pessoas com deficiência em encontros comunitários ou assembleias.

Os serviços de Saúde, disse, continuam sem equipamentos hospitalares acessíveis, tais como marquesas reguláveis, camas adaptadas, cadeiras ginecológicas adaptadas e um défice na formação contínua dos técnicos do sector.

Idalina Bota alertou, ainda, para a pouca representação das pessoas com deficiência em estruturas de decisão, com um número reduzido em conselhos locais, associações comunitárias ou cargos de liderança, assim como consultas públicas que não incluem pessoas com deficiência.

Para dar mais oportunidades, fortalecer a participação e inclusão em processos de decisão, realçou, é necessário promover formação política, criar lideranças entre pessoas com deficiência, assegurando a sua capacidade de disputar cargos ou representação comunitária. As autoridades locais podem, ainda, criar conselhos municipais de inclusão, onde estas pessoas possam participar directamente da elaboração de políticas.

“Para o fortalecimento das organizações de pessoas com deficiência, as associações podem actuar como pontes entre comunidade e Governo, influenciando planos municipais, orçamento participativo e programas sociais”, disse.

Lei sobre a empregabilidade

O Regulamento de Vagas e Procedimentos para a Contratação de Pessoa com Deficiência revoga o Decreto n.º 21/82, de 22 de Abril, que determina Medidas para Protecção ao Diminuído Físico e toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Tendo em conta que os cidadãos com deficiência gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consagrados na Constituição da República de Angola, sem prejuízo da restrição do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados ou limitados, de acordo com o n.º 1 do artigo 83.º da Constituição da República

de Angola, tendo em conta que a Lei n.º 21/12, de 30 de Julho, sobre a Pessoa com Deficiência, impõe aos vários organismos da Administração Pública Directa e Indirecta, Central e Local, a reserva de uma percentagem não inferior a 2 por cento de vagas na admissão de pessoa com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento, regime, igualmente, aplicável às sociedades comerciais, nos termos do n.º 4 do artigo 15.º do mesmo Diploma.

Considerando ainda que, no âmbito da Política para a Pessoa com Deficiência e da Estratégia de Protecção à Pessoa com Deficiência, no domínio do trabalho, emprego e segurança social, cabe ao Governo assegurar a reserva de vagas destinadas à pessoa com deficiência, nos concursos públicos de admissão e ingresso nas instituições públicas e privadas.

Em todos os processos de recrutamento, selecção e admissão de pessoal, as instituições públicas e privadas, com o mínimo de dez empregados, devem manter uma reserva de vagas de postos de trabalho destinados à pessoa com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento para preenchimento.

As vagas devem ser reservadas na seguinte proporção: 4 por cento para o sector público e 2 por cento para o sector privado.

Caso a aplicação da percentagem resulte em número fraccionado, este deve ser elevado até ao primeiro número inteiro subsequente.

Nos concursos em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever e concorrer, em igualdade de condições com os demais candidatos, para

provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com as suas habilitações académicas e profissionais.

É vedado aos órgãos do sector público e privado obstar a apresentação de candidatura ou a participação de pessoa com deficiência em Concurso Público de ingresso ou na candidatura a emprego.

O candidato, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservada, no mínimo, a percentagem estabelecida, em face da classificação obtida.

A pessoa com deficiência, sem prejuízo das condições especiais previstas neste Diploma, concorre em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas ou testes, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, desde que sejam garantidas as condições de acessibilidade.

Aos candidatos com deficiência devem ser asseguradas as condições que superem a sua limitação para a realização de todos os actos e cumprimento do procedimento concursal, nomeadamente locais acessíveis, intérprete de língua gestual, material em Braille, conforme aplicável.

Os programas de formação e qualificação profissional para pessoa com deficiência têm de criar condições que garantam à pessoa com deficiência o direito a receber uma formação profissional adequada, organizar os meios de formação necessários para qualificação e inserção competitiva da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, assim como ampliar a formação e qualificação profissional da pessoa com deficiência, sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento e satisfazer as exigências do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e económica.

A entidade do sector privado que não cumpra com o disposto no presente Diploma é aplicada uma multa que varia entre 10 e 50 salários mínimos, por cada dia que perdurar a infracção.

Discriminação no trabalho

Consideram-se práticas discriminatórias contra pessoas com deficiência, além do disposto na legislação laboral, a adopção de procedimento, medida ou critério, directamente pelo empregador ou através de instruções dadas aos seus trabalhadores ou a agência de colocação, que subordine a factores de natureza física, sensorial ou mental a oferta de emprego, a cessação de contrato de trabalho ou a recusa de contratação.

A produção ou difusão de anúncios de ofertas de emprego, ou outras formas de publicidade ligada à pré-selecção ou ao recrutamento, que contenham, directa ou indirectamente, qualquer especificação ou preferência baseada em factores de discriminação em razão da deficiência, a adopção pelo empregador de prática ou medida que no âmbito da relação laboral discrimine um trabalhador ao seu serviço, é proibido despedir, aplicar sanções ou prejudicar por qualquer outro meio o trabalhador com deficiência por motivo do exercício de direito ou de acção judicial contra prática discriminatória.

As práticas discriminatórias definidas no n.º 1 não constituem discriminação se, em virtude da natureza da actividade profissional em causa ou do contexto da sua execução, a situação de deficiência afecte níveis e áreas de funcionalidade que constituam requisitos essenciais e determinantes para o exercício dessa actividade, na condição de o objectivo ser legítimo e o requisito proporcional.

Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior deve ser analisada a viabilidade de a entidade empregadora levar a cabo as medidas adequadas, em função das necessidades de uma situação concreta, para que a pessoa com deficiência tenha acesso a um emprego, ou que possa

nele progredir, ou para que lhe seja ministrada formação, excepto se essas medidas impliquem encargos desproporcionais para a entidade empregadora.

Os encargos não são considerados desproporcionais quando forem suficientemente compensados por medidas promovidas pelo Estado em matéria de integração profissional de pessoas com deficiência.

A prática de qualquer acto discriminatório contra pessoa com deficiência ou mobilidade condicionada confere-lhe o direito a uma indemnização, por danos patrimoniais e não patrimoniais, nos termos da lei.

Na fixação da indemnização o Tribunal deve atender ao grau de violação dos interesses em causa, ao poder económico dos autores das infracções e às condições da pessoa alvo da prática discriminatória.

As sentenças condenatórias proferidas em sede de responsabilidade civil são, após trânsito em julgado, obrigatoriamente publicadas, as expensas dos responsáveis, numa das publicações periódicas diárias de maior circulação do país, por extracto, do qual devem constar apenas os factos comprovativos da prática discriminatória em razão da deficiência, a identidade dos ofendidos e dos condenados e as indemnizações fixadas.

A prática de qualquer acto discriminatório referido neste capítulo por pessoa singular constitui infracção punível com multa graduada entre cinco e 30 vezes o valor do salário mínimo nacional, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber.

A prática de qualquer acto discriminatório referido no presente capítulo por pessoa colectiva de direito público ou privado constitui infracção punível com multa graduada entre 30 e 50 vezes o valor do Salário Mínimo Nacional, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber.

Sobre a data

O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência é comemorado a 3 de Dezembro, data estabelecida pela ONU em 1992 para conscientizar a sociedade sobre temas relacionados à deficiência, promovendo a inclusão social e a defesa dos direitos.

O objectivo da data visa consciencializar sobre a deficiência, combater o preconceito e destacar a importância de garantir a dignidade, os direitos e o bem-estar das pessoas com deficiência, que abrange os aspectos físico, mental, intelectual e sensorial da deficiência, buscando uma participação plena e efectiva na sociedade



Alunos esclarecidos sobre violência sexual

04 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Valter Gomes| Uíge

Alunos do ensino primário das aldeias do Muenga e Mateus, província do Uíge, foram, quarta-feira, esclarecidos sobre as consequências da violência sexual e agressões físicas, numa palestra promovida pelos serviços provinciais do Instituto Nacional da Criança (INAC).

Durante o encontro, orientado pelo responsável de Secção de Protecção e Promoção dos Direitos da Criança, Matondo Manuel Quifica, os alunos receberam, ainda, esclarecimentos sobre como devem proceder para evitar

possíveis casos de abuso sexual, bem como onde recorrerem para a denúncia.

O responsável informou que, nos últimos tempos, a instituição tem vindo a registar, com preocupação, vários casos de abuso sexual a menores, ocorridos em distintas comunidades locais.

Em função desta realidade, reiterou o apelo aos adolescentes para que denunciem sempre que forem tentados por qualquer pessoa que seja, tendo lembrado que a violência sexual causa trauma psicológica à vítima, que, por isso, passa a ter péssimo desempenho escolar, além do risco de contágio de infecções sexualmente transmissíveis.

Matondo Manuel Quifica aconselhou, por outro lado, os professores e gestores escolares a serem vigilantes para com as crianças, devendo, igualmente, ensinar a identificar possíveis intenções e tendências de assédio sexual ou agressão física.

“Nos últimos tempos, o INAC tem vindo a registar, com preocupação, casos de crianças violadas sexualmente, situação que não contribui para a boa convivência social, por isso, temos estado a realizar nas escolas, comunidades e igrejas, palestras sobre as consequências deste mal, de modo que as crianças, sobretudo adolescentes, estejam em alerta”, disse o responsável, sem, contudo, ter avançado dados estatísticos.

Por seu turno, o director da Escola Primária nº 63 do Muenga, Ângelo João Cabalo Huma, enalteceu a iniciativa do INAC.



Violência contra mulheres e crianças: Centro de aconselhamento regista dezenas de casos

07 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Sandra da Silva Jornalista

Cerca de 10 a 15 casos de violência contra mulheres e crianças são registados, diariamente, pelo Centro de Aconselhamento Familiar do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), informou, sexta-feira, em Luanda, a directora nacional para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género.

Santa Ernesto falava, na Conferência das Famílias, tendo explicado que os casos mais frequentes incluem fuga à paternidade, violência física e agressão sexual. Segundo a responsável, ainda há uma grande resistência por parte da população em denunciar casos de violência, abusos e maus-tratos no meio familiar. “Muitos incidentes ocorrem nas comunidades, mas não chegam às autoridades devido ao medo e à vergonha que as famílias sentem”, disse.

A directora lamentou o facto de que, actualmente, muitas famílias estão a enfrentar situações que contribuem para a sua desestruturação, o que tem gerado preocupações no Governo. “O desrespeito entre os membros da família, falta de referência sobre o papel dos pais, fuga à paternidade, gravidez indesejada entre adolescentes, consumo excessivo de álcool, violação da dignidade humana e outros, são situações que afectam vários agregados familiares a nível do país”, disse.

Santa Ernesto lamentou, igualmente, o facto de que, muitas vezes, os agressores são pessoas próximas das vítimas, como familiares, amigos e conhecidos, acrescentando que, actualmente, cresce o número de casos em que crianças são acusadas de feitiçaria ou são envolvidas em práticas indecorosas em seitas religiosas, como reflexo da desestruturação familiar.

A violência doméstica e a gravidez precoce, realçou, são frequentemente alimentadas pela falta de diálogo e informação dentro das famílias. "É essencial que reforçemos o diálogo com os nossos filhos, para que aprendam os bons valores e comportamentos dentro de casa e na sociedade. Muitos pais alegam não ter tempo para conversar com seus filhos, mas esse é um investimento fundamental para o futuro das famílias e da sociedade", referiu.

O MASFAMU, disse, tem promovido diversas iniciativas para combater esses problemas, incluindo programas de Acção Social para o Desenvolvimento da Família, com foco na educação, empoderamento económico, igualdade de género e combate à pobreza.

Por meio de um protocolo de literacia financeira, acrescentou, firmado há dois anos, o órgão tem trabalhado nas comunidades para promover o bem-estar das famílias e fortalecer suas capacidades.



Jornalistas chamadas ao combate à violência

10 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Jurelma de Castro Jornalista

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, incentivou, terça-feira, em Luanda, as mulheres jornalistas

a reforçarem a sua intervenção na sociedade como agentes centrais no combate à violência baseada no género.

A governante, que falava durante o Encontro de Mulheres Jornalistas, sob o lema “Conversa de Gerações sobre o Passado, o Presente e o Futuro do Jornalismo Angolano”, disse que os jornalistas desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais informada e justa.

“É necessário criar uma rede de mentoria intergeracional para fortalecer vínculos profissionais e promover a carreira das jovens jornalistas”, apelou. Durante o encontro, realizado no âmbito dos 16 Dias de Activismo pelo fim da violência contra a mulher, a ministra da Acção Social Família e Promoção da Mulher destacou a necessidade de promover uma comunicação social sensível ao género, capaz de desconstruir preconceitos e transformar mentalidades.

“A democracia constrói -se com a informação qualificada, sendo as mulheres jornalistas fundamentais para tornar a informação mais plural e inclusiva”, ressaltou.

No encontro, em que participaram mais de 200 mulheres, entre as quais jornalistas e formandas do Centro de Formação de Jornalistas, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher apelou, igualmente, ao diálogo e à troca de experiências entre as profissionais de várias áreas, valorizando o histórico das mulheres no jornalismo e no reforço da ética e da liberdade de imprensa.

Testemunho de jornalistas

Leda Macuéria, apresentadora da TV Zimbo, definiu o jornalismo como uma profissão dinâmica. “Um jornalista é uma pessoa que precisa se empenhar, dedicar e buscar conhecimento de forma contínua”, disse.

Para a profissional, os desafios fazem parte de qualquer caminhada e durante os seus 15 anos de jornalismo sempre demonstrou curiosidade em aprender com os antigos profissionais e a geração mais nova.

Por sua vez, a jornalista Maria Luísa Fançony salientou que a Rádio no passado tinha um papel muito central e a comunicação social pública era única e com uma grande responsabilidade, razão que marcou e inspirou muitos profissionais nos dias de hoje.

A antiga geração, disse, teve o privilégio e a responsabilidade de passar dados sobre o país, com maior abertura por parte das fontes de informação.



Violação dos direitos da criança preocupa INAC

11 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Lourenço Manuel | Menongue Jornalista

Quatrocentos e sessenta e seis casos de violência contra menores foram registados, de Janeiro a Novembro deste ano, na província do Cubango, de acordo com a chefe dos Serviços Provinciais do Instituto Nacional da Criança (INAC).

Em declarações ao Jornal de Angola, Lérias Biwango explicou que a preocupação das autoridades reside, sobretudo, nos casos de exploração do trabalho infantil, fuga à paternidade, agressões físicas e abuso sexual.

“Temos o registo de 150 casos de exploração de trabalho infantil, 95 de fuga à paternidade, 64 agressões físicas, 49 de negligência, 12 de abuso sexual, 10 disputas de guarda e quatro de agressão psicológica”, disse.

De acordo com a responsável, o INAC tem encontrado inúmeras dificuldades para a resolução dos problemas de violência contra a criança, visto que grande parte dos casos acontece no seio familiar e muitos são ocultados ou resolvidos em fórum particular, daí que, quando são tornados públicos, os parentes saem em protecção dos prevaricadores.

“Infelizmente, a maior parte da violência contra a criança ocorre no seio familiar, um espaço que deveria representar protecção, cuidado e amor”, lamentou.

Uma das maiores dificuldades, referiu a responsável, prende-se em retirar um menor que seja vítima de violência do convívio familiar para um centro de acolhimento.



Mais de 200 *crianças* carenciadas beneficiam de bens diversos em Ícolo e Bengo

27 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Dumilde Manuel

Mais 200 crianças carenciadas, do município do Catete, na província do Ícolo e Bengo, beneficiaram, ontem, de bens diversos de primeira necessidade, numa iniciativa solidária promovida pela empresária e filantropa Ana dos Santos, no âmbito das celebrações do Natal.

A entrega dos bens incluiu a oferta de cadeiras de rodas a crianças com necessidades especiais, brinquedos, alimentos, vestuário e outros artigos essenciais, tendo sido acompanhada por momentos de recreação, animação cultural e convívio comunitário.

Em declarações à imprensa, Ana dos Santos disse que a actividade visou apoiar crianças em situação de vulnerabilidade e contribuir para o seu bem-estar social.

“Criar momentos de alegria para as crianças é também contribuir para a construção de um futuro mais humano e solidário”, disse, reconhecendo que

ver o sorriso destas crianças ao receberem brinquedos é algo que não tem preço.

Ana dos Santos salientou que a actividade representa mais do que uma acção social, mas sim a responsabilidade, humanidade e compromisso com o futuro, mas sobretudo pelo impacto positivo que conseguimos gerar na vida das pessoas, principalmente das crianças, que são o amanhã do nosso país.

A responsável reiterou o compromisso de continuar a desenvolver acções solidárias junto das comunidades, defendendo que a promoção da dignidade da criança deve ser uma prioridade permanente.



Mais de cem jovens formados em Luanda

28 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Leonel Domingos | Jornalista

Cento e quinze jovens, com idades entre os 18 e os 30 anos, beneficiaram de formação técnico-profissionais, no quadro do programa “Educar para Durante o encerramento da acção formativa, ocorrido sexta-feira, a directora-geral da GO Ahead Academy, Ana Facada, avançou que a iniciativa se enquadra na responsabilidade social da instituição e visa capacitar jovens sem condições financeiras para custear uma formação técnico-profissional, criando oportunidades de inserção no mercado de trabalho ou de geração do auto-emprego.

Ana Facada referiu que os cursos técnico-profissionais, apesar de serem uma via segura para a empregabilidade, apresentam, muitas vezes, custos elevados, tornando-se inacessíveis para jovens em situação de vulnerabilidade social. “Esta realidade levou-nos a pensar num programa que pudesse responder às necessidades destes jovens”, afirmou.

A GO Ahead Academy, disse, prevê, para os próximos tempos, a extensão do programa “Educar para Mudar” a outras províncias do país, com o objectivo de beneficiar um maior número de jovens com formações nas áreas técnico-profissionais e administrativas.

Em declarações ao Jornal de Angola, o coordenador do Programa de Incubação da Digital.AO, Fábio Francisco, explicou que a iniciativa surgiu de um convite da direcção da GO AheadAcademy, no âmbito da expansão do projecto e do reforço do seu impacto social.

Entre os formados, Fernanda Ibaka, de 21 anos, que concluiu o curso de Contabilidade, manifestou satisfação pela oportunidade. “Sinto-me muito feliz por ter concluído esta formação. Agradeço à GO AheadAcademy pelo apoio, pois sem este contributo dificilmente conseguiria frequentar o curso”, disse.

Por sua vez, o jovem Bruno Manuel considerou a formação uma mais-valia para o percurso profissional da juventude angolana, destacando o papel da capacitação técnica no acesso ao mercado de trabalho.



OMA repudia acto de violência sexual e física a jovem em Luanda

29 de dezembro de 2025

JA Online

O secretariado Executivo Provincial da Organização da Mulher Angolana, em Luanda repudiou um acto de violência sexual e física a uma jovem tornado público durante o fim-de-semana.

De acordo com o documento consultado, esta segunda-feira, pelo JA Online, o caso terá ocorrido, no município de Viana, e envolveu indivíduos que alegadamente se apresentam como agentes da Polícia Nacional de Angola, “situação que, a confirmar se, configura um grave abuso de poder e uma violação dos deveres éticos e legais de quem tem a missão de proteger os cidadãos”.

“A OMA em Luanda condena de forma firme e inequívoca qualquer acto de violência baseada no género, reafirmando que tais práticas são inaceitáveis e contrárias aos valores de respeito, humanidade, justiça e protecção da mulher que a nossa organização defende”, pode ler-se na mesma nota.

“A Organização da Mulher Angolana apela, ainda, às autoridades competentes para que actuem com a devida celeridade, rigor e responsabilidade, assegurando a identificação dos implicados, o esclarecimento dos factos e a sua responsabilização nos termos da lei”, conclui a OMA.



Detidos supostos envolvidos no crime de abuso sexual contra menor de 15 anos em Viana

29 de dezembro de 2025
JA Online

Dois supostos envolvidos no crime de abuso sexual contra uma menor de 15 anos, no município de Viana, cujos vídeos circulam nas redes sociais foram detidos, hoje, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Em nota de imprensa que o Jornal de Angola Online teve acesso, os supostos agressores serão apresentados publicamente na terça-feira, 29, na sede do SIC, em Luanda.

Os implicados, de 20 e 23 anos de idade, vão responder pelos crimes de agressão física, abuso sexual de menor de 15 anos e devassa da vida privada.

Tratam-se dos cidadãos Henriques Wananga Issoco, popularmente conhecido como "Kiala", de 23 anos, e Fábio Gomes Gaspar, de 20 anos, ambos residentes no município de Viana, bairro Luanda Sul, local onde ocorreram os factos.

No documento, o SIC esclarece, igualmente, que nenhum dos detidos pertence aos órgãos de defesa e segurança nacional.



Débora Maira João: Um talento angolano além-fronteiras

29 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Com um percurso marcado pela criatividade, pela engenharia e pelo compromisso social, Débora Maira João é exemplo de uma jovem angolana “bem-sucedida”, que alia formação académica sólida a uma forte consciência cultural e patriótica.

Natural de Luanda, município da Maianga, com 29 anos de idade, Débora Maira João é licenciada em Design de Interiores e mestre em Engenharia Civil, com especialização em Infra-estruturas, formação concluída na Escola de Ciências de Engenharia, no Reino de Marrocos.

Da saída de Angola à formação internacional

Débora deixou Angola em 2016, motivada pelo desejo de dar continuidade à formação académica.

A busca por mais conhecimentos e especialização levaram-na a investir num percurso internacional, que hoje complementa com experiência profissional diversificada.

O interesse pelas áreas do Design, Arquitectura e Engenharia surgiu desde muito cedo.

Segundo a própria, a veia artística começou ainda na infância, influenciada pelo programa infantil Art Attack, do Disney Channel.

Para Débora, estas áreas estão profundamente interligadas, permitindo a união entre o funcional e o belo.

Comunicação, conteúdos sociais e poesia

Além da sua formação académica, Débora Meira João actua como mestre de cerimónias e criadora de conteúdos ligados a questões sociais e motivacionais, o que a torna uma das mulheres angolanas “de mil ofícios” além-fronteiras.

A ideia de produzir este tipo de conteúdos nasceu da experiência adquirida em intercâmbios dentro e fora de Angola, com o objectivo de partilhar vivências pessoais e inspirar outros angolanos.

A poesia é outra das suas formas de expressão. O gosto pela escrita poética surgiu em simultâneo com outras manifestações artísticas, ainda na infância.

Questionada sobre a possibilidade de lançar um livro, Débora afirma que é um projecto em consideração e que não descarta essa possibilidade no futuro.

Actividade profissional e visão sustentável

Actualmente, exerce actividade como freelancer nas áreas de Arquitectura, Design e Engenharia Civil, o que lhe permite assegurar as suas despesas e ganhar autonomia profissional.

Quanto aos projectos futuros, a jovem angolana destaca a aposta em iniciativas sustentáveis, sempre com foco no desenvolvimento do país.

Os seus interesses passam por projectos de carácter benevolente, cultural e arquitectónico, com impacto directo em Angola.

Regresso a Angola e contributo para o desenvolvimento

A mestre afirma que pretende regressar a Angola, tendo como um dos principais objectivos contribuir activamente para o desenvolvimento do país, aplicando os conhecimentos adquiridos nas áreas em que se formou, bem como a experiência profissional acumulada ao longo dos anos no estrangeiro.

Vida e ligação à comunidade angolana na diáspora marroquina

Apesar de não ter família em Marrocos, a adaptação ao país foi tranquila.

Débora confessa que se surpreendeu positivamente, contrariando a ideia pré-concebida de que países árabes ou muçulmanos seriam excessivamente fechados.

Reafirma manter-se ligada à comunidade angolana no exterior, participando activamente em eventos, incluindo como mestre de cerimónias em algumas iniciativas.

Acompanhamento da realidade nacional

Mesmo fora do país, Débora acompanha atentamente a realidade de Angola através das redes sociais, jornais, rádio e contactos próximos.

Centro de Articulação com a Diáspora (CAD) .



Caso de abuso sexual contra menor que viralizou está a ser acompanhado

29 de dezembro de 2025

JA Online

O ministro do Interior, Manuel Homem, afirmou, esta segunda-feira, que acompanha desde o primeiro momento o caso de agressão sexual e física contra uma menor cujo vídeo circula nas redes sociais.

"Os nossos órgãos já detiveram um dos implicados e decorrem diligências para a detenção do comparsa, para a devida responsabilização criminal", escreveu o ministro na sua página oficial do Facebook e consultada pelo Jornal de Angola Online.



Um jovem de 25 anos deu entrada, domingo, no Hospital Geral

30 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Madalena Quissanga Jornalista

Especializado Neves Bendinha, com queimaduras do terceiro grau, em consequência da vandalização de cabos de uma cabina eléctrica, no município de Hoji-ya-Henda, província de Luanda, informou, ontem, a chefe da Unidade dos Cuidados Intensivos.

Ao Jornal de Angola, Ana Teles explicou que além de 50 por cento da superfície corporal queimada, o paciente, vítima de trauma térmico, chegou, igualmente, em estado de embriaguez e continua a receber tratamento médico especializado.

A médica intensivista disse ainda que o choque eléctrico atingiu também a face, os membros inferiores e superiores de forma circular, tórax e abdómen.

De acordo com a médica, o quadro clínico do paciente é grave e, pela profundidade da extensão das queimaduras, inspira muitos cuidados.

Em declarações ao Jornal de Angola, o paciente contou que depois de consumir bebida alcoólica e incentivado pelo amigo decidiu vandalizar a cabina eléctrica e aproveitar materiais metálicos para compra de roupa para a passagem de ano.

O Banco de Urgências do Hospital Geral Especializado Neves Bendinha tem registado, diariamente, casos de pacientes com quadro clínico grave e extensão



Analísado programa de crianças em situação de rua

30 de dezembro de 2025

JA Online

O Governo Provincial de Luanda (GPL) analisou, hoje, as propostas sectoriais destinadas à elaboração do programa de acções para prevenir, reduzir e reintegrar socialmente crianças em situação de rua.

O encontro foi orientado pelo vice-governador local para o Sector Político e Social, Manuel Gonçalves, na qualidade de coordenador da Comissão Provincial, encarregue de reverter o quadro da concentração de crianças de e na rua, soube o JA Online.

Durante a reunião, foram, igualmente, abordadas estratégias intersectoriais, mecanismos de coordenação institucional e medidas sustentáveis que permitam assegurar a protecção integral da criança, o reforço do papel da família e a promoção de políticas públicas eficazes no domínio social.

profunda, em consequência de queimaduras provocadas por vandalização de cabos eléctricos.

Urbanismo e Habitação

Eixo 2: promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do território (PDN-2023-2027)



Estradas e habitações entre as prioridades para 2026

03 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Roque Silva e Manuela Mateus | Cabiri Jornalista

A construção de estradas, habitações, obras de manutenção, requalificação urbana e conservação de infra-estruturas integradas, assim como a demolição de alguns edifícios constam entre as prioridades do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação no próximo ano, adiantou, terça-

feira, no Icolo e Bengo, o ministro Carlos Alberto dos Santos.

Ao discursar no encerramento do 1.º Conselho Consultivo do sector, destacou, entre as várias acções a serem levadas a cabo, o início da construção das infra-estruturas integradas da cidade de Caxito, no Bengo, da Estrada Nacional (EN) 250 (Cunje/Camacupa), no Bié, e a continuidade da segunda fase da Centralidade de Saurimo e da EN 240, no troço Cazage/Muconda (na província da Lunda-Sul).

Ainda em 2026, disse, o sector dará prioridade às obras para a conclusão do Centro de Convenções em Luanda, do troço Boa-vista/Kima Kienda, a continuidade da construção da Marginal da Corimba, em Luanda, além dos troços

Cambondo/Quilombo dos Dembos; Samba Caju/Bolongongo; Ndalatando/Caxilo e da Centralidade do Cazengo (Cuanza-Norte), da Circular do Sumbe, no Cuanza-Sul, da EN 120 (Ondjiva/Omala), no Cunene, e da Centralidade da Carreira de Tiro (Malanje).



Obras para construção de novas habitações lançadas hoje

11 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

O Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, através do Instituto Nacional de Habitação, realiza hoje, a partir das 13h00, a cerimónia de lançamento da empreitada de construção de 2.546 novas habitações, referente ao Lote 2, da Urbanização KK5800, em Luanda.

O acto de consignação da empreitada e o conseqüente lançamento da primeira pedra acontece no âmbito do concurso público para a reabilitação e conclusão da Urbanização KK5800, na modalidade de permuta, que apurou o ente privado encarregue de iniciar e concluir a empreitada.

De acordo com uma nota do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, o Projecto KK5800 representa uma iniciativa inovadora em termos de soluções de acesso à habitação, bem como a dinamização da parceria público-privada, enquadrada na estratégia do Executivo que visa a mitigação do défice habitacional e a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Integrada ao património do Estado como resultado do processo de recuperação de activos, a Urbanização KK5800 é gerida pelo Instituto Nacional de Habitação, que prevê expandir o projecto para 10.800 habitações, reabilitar os imóveis inacabados e integrar o projecto habitacional às urbanizações adjacentes da cidade do Kilamba e do KK5000. As obras serão realizadas sem recurso a desembolsos financeiros do

Tesouro Nacional, tal como define a Estratégia de Abordagem aos Activos e Bens Recuperados pelo Estado.

Em Fevereiro deste ano, o Presidente da República autorizou, por meio de um despacho, um investimento de 70 milhões de euros para a construção das infra-estruturas externas daquela urbanização, localizada na província de Luanda.



Região do Quêlo vai contar com nova unidade sanitária

17 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Fula Martins | Quêlo Jornalista

O município do Quêlo, criado no âmbito da nova Divisão Político-administrativa, na província do Zaire, vai beneficiar, em Março de 2026, de uma unidade sanitária moderna, uma iniciativa da Empresa Portuária do Soyo.

No acto de lançamento da primeira pedra para a construção da infra-estrutura, a vice-governadora do Zaire para o sector Técnico e Infra-estruturas, Ângela Diogo, disse que a unidade sanitária vai contar com áreas de análises clínicas, farmácia, Banco de Urgência, salas para consultas especializadas e uma capacidade para internar 20 pacientes.

“Os munícipes vão deixar de percorrer uma distância de 100 quilómetros Quêlo/ Soyo em busca de assistência médica e medicamentosa”, explicou, tendo acrescentado que a iniciativa representa um ganho significativo para a população.

Por sua vez, o soba do município do Quêlo, Fernando Masuka, agradeceu o gesto da Empresa Portuária do Soyo, que decidiu construir a unidade sanitária no quadro das suas responsabilidades sociais, apelando à população, principalmente, aos jovens para prestarem todo o apoio aos trabalhadores da construtora.

“Quando a infra-estrutura for entregue, deve ser conservada com rigor, porque é um bem público que vem para facilitar a vida dos munícipes”, salientou.



Mais seis municípios do Huambo vão ter energia eléctrica de fontes limpas

31 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Os municípios do Ucuma, Chinjenje, Longonjo, Alto Hama, Londuimbale e a localidade da Chipipa, na província do Huambo, estão a ser electrificados, no quadro de um projecto do Executivo, que visa conferir mais dignidade aos habitantes dessas zonas.

No Ucuma, a rede de média tensão vai dispor de 23 quilómetros de extensão e, a de baixa tensão, 16 quilómetros, contando, ainda, com oito postos de transformação e 400 luminárias LED para iluminação pública, assim como 1000 ligações domiciliárias.

Por sua vez, o Chinjenje contará com uma rede de média tensão de 24 quilómetros, baixa tensão de 12 quilómetros, seis postos de transformação, 300 luminárias para iluminação pública e 800 ligações domiciliárias.

No quadro desta iniciativa, o Longonjo será abrangido com 28 quilómetros de rede de média tensão, 16 quilómetros de baixa tensão, oito postos de transformação, 400 luminárias e 1000 ligações domiciliárias.

No Alto Hama, está a ser erguida uma linha de transporte de 33 quilómetros, com uma subestação de 60/30 kV, sete postos de transformação, 400 luminárias para iluminação pública e 800 ligações domiciliárias.

A rede em execução no Londuimbale vai contar com 45 quilómetros, contemplando seis postos de transformação, uma rede de baixa tensão de oito quilómetros, 400 luminárias LED para iluminação pública e 1000 ligações domiciliárias.

A localidade da Chipipa contará com 45 quilómetros de rede, seis postos de transformação, iluminação pública com 400 luminárias e 800 ligações domiciliárias.

De acordo com uma nota do Ministério da Energia e Águas, a que o Jornal de Angola teve acesso, as obras estão em bom ritmo de execução. O documento refere, a título de exemplo, que estão a ser levantados postes e aplicadas travessas na Chipipa, cuja execução está acima dos 80 por cento. Do Longonjo ao Chinjenje, continua a nota, a implementação dos postes e a aplicação das travessas estão acima dos 25 por cento. No Alto Hama, continua o documento, as covas para a colocação dos postes estão a ser abertas.

O Ministério da Energia e Águas avançou que o projecto poderá ser entregue às populações dos seis municípios até ao final de 2026. Esta empreitada, destacou o Ministério da Energia e Águas, vai permitir ao Estado poupar recursos consideráveis, que serão canalizados para outras áreas da vida nacional.

Microfinanças

PDN-Eixo 6: Assegurar a diversificação económica sustentável, inclusiva e liderada pelo sector privado, e a segurança alimentar

(PDN-2023-2027)



Mais de 730 idosos beneficiam de apoio social do Banco Keve em 11 províncias

22 de dezembro de 2025
Jornal de Angola

Mais de 730 idosos residentes em lares de acolhimento de onze províncias do país beneficiaram da terceira fase do Programa de Responsabilidade Social do Banco Keve, concluída nesta quinta-feira, 16, com a distribuição de bens alimentares e produtos de primeira necessidade.

A iniciativa enquadra-se no Programa de Apoio aos Lares da Terceira Idade e tem como principal objectivo mitigar a carência alimentar da população idosa, ao mesmo tempo que reforça o engajamento comunitário e solidário nas regiões abrangidas.

No âmbito desta fase, foram distribuídas cerca de 120 toneladas de produtos da cesta básica, com destaque para arroz, fuba, óleo alimentar, farinha de trigo, massa, açúcar, feijão, sal e sabão em barra, entre outros bens considerados essenciais para o quotidiano dos lares assistidos.

Segundo a instituição financeira, a acção reflecte o seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e a promoção do bem-estar das camadas mais vulneráveis da sociedade. O banco reafirma, igualmente, a intenção de dar continuidade ao programa, prevendo o alargamento do apoio a outras instituições e a resposta a necessidades específicas dos idosos acolhidos.

Entre os lares beneficiados nesta terceira fase constam o Lar São Vicente de Paulo, em Benguela, o Lar 28 de Agosto, no Cuanza-Sul, o Lar Kituma, no Uíge, o Lar Chivela, no Huambo, o Lar Elavoko Lyomuenho, no Bié, o Lar Ondjwo Ongwa Yetato Lyonobwale, na Huíla, o Lar Ondjo-Yeto, no Namibe, o Lar Rainha Njakatolo Tchicengo, no Moxico, o Lar Saurimo, na Lunda-Sul, o Lar da Maxinde, em Malanje, e o Lar Kambinda Carilu, no Cuando Cubango.

Com esta acção, o Banco Keve sublinha a importância de valorizar e proteger os idosos, reconhecendo o contributo que deram ao desenvolvimento social, cultural e económico do país.



Jovens locais capacitados para a produção de ovos

22 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Queirós Ndala | Jornalista

Trinta e dois jovens empreendedores da província do Cubango beneficiaram de uma formação em avicultura, para aprenderem técnicas de produção de ovos em grande escala.

A acção formativa, promovida pela empresa Hono DC-Agri, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), enquadra-se nos esforços das duas instituições para o fomento do sector avícola no seio das comunidades locais.

A iniciativa visa preparar os jovens para identificar e aproveitar as oportunidades de negócios no sector avícola, desde a criação de galinhas, produção de ovos, engorda e comercialização de frangos.

Durante a formação, foram abordados temas sobre a “Criação de galinhas de corte destinadas ao abate” e “galinhas de postura para a produção de ovos”, bem

como das práticas de manejo, comparação entre sistemas de criação intensiva e extensiva com base na realidade local.

No final do curso de cinco dias, os participantes beneficiaram de pintos da raça sul-africana Boschveld, criados e produzidos localmente com qualidade genética e adaptabilidade ao clima da província do Cubango.

Os beneficiários vão ter acompanhamento técnico contínuo dos especialistas para o fomento de oportunidades de negócios e fortalecer a produção avícola, de modo a reduzir a dependência destes produtos de outras regiões do país.

O representante da Hono DC Agri, Edinol Cavalo, afirmou que o projecto começou pela venda de pintos, mas se foi notando que havia muitas dificuldades no manejo e cuidado dos mesmos, o que resultava em elevadas taxas de mortalidade dos animais.

Edinol Cavalo acrescentou que, com essas perdas, surgiu a necessidade de se apostar na formação de jovens, com o objectivo de criar um ecossistema sustentável e capacitar os produtores locais nas áreas de manejo, alimentação, biossegurança, vacinação, gestão de aviários e comercialização da produção.

“A iniciativa surgiu da necessidade de reduzir as perdas registadas na criação de pintos, causadas sobretudo pela falta de conhecimentos técnicos por parte dos criadores”, explicou.

O responsável sublinhou que apesar de grande parte dos produtos consumidos na província virem de outras paragens do país, a região do Cubango possui um elevado potencial climático para a criação de galinhas e produção de ovos em grandes quantidades.

“O nosso objectivo é contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e a promoção da produção avícola como alternativa de desenvolvimento económico e social das famílias locais”, salientou .

O responsável acrescentou ainda que os formandos vão passar a integrar um grupo de acompanhamento permanente, no qual vão poder esclarecer dúvidas, trocar experiências e receber orientação de especialistas para que se tornem futuros formadores.

Edinol Cavalo garantiu que, além de Menongue, o programa de formação e capacitação técnica vai ser expandido para outros municípios e à província do Cuando.

O representante do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Henriques Tchissingui, destacou que o principal objectivo da formação é potenciar o capital humano local e responder à procura crescente por conhecimentos práticos na área da avicultura.

Henriques Tchissingui acrescentou que projectos semelhantes já estão a ser implementados nas províncias da Huíla, Bié e Huambo, onde têm apresentado resultados positivos do ponto de vista social e económico.

O representante avançou que se espera que os conhecimentos adquiridos sejam aplicados na prática, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos participantes e ao impacto positivo na economia local.



Angola alcança nível de maturidade digital na Administração Pública

22 de dezembro de 2025

JA Online

Angola integra o Grupo B do GovTech Maturity Index 2025, divulgado pelo Banco Mundial, por alcançar um nível de maturidade digital significativa na Administração Pública e posicionando-se ligeiramente acima da média mundial na avaliação do uso de tecnologias governamentais.

O Banco Mundial divulgou, no dia 18 de Dezembro, a actualização do GovTech Maturity Index 2025, um estudo que avaliou 193 economias quanto ao uso de tecnologias digitais na Administração Pública.

Segundo o Portal do Governo de Angola, o índice não é um ranking, mas um benchmark internacional que agrupa os países de acordo com o grau de desenvolvimento institucional e tecnológico.

A evolução de Angola evidencia progressos consistentes, pois, em 2020, o país registava um índice de 0,481, em 2022 manteve-se no mesmo grupo, com ligeira descida para 0,447, e, em 2025, alcançou 0,593, ficando ligeiramente acima da média mundial, fixada em 0,589.

O estudo avalia quatro dimensões principais, nomeadamente os sistemas centrais do Estado, os serviços públicos digitais, o engajamento digital do cidadão e os habilitadores institucionais, como governação, normas, capacidades, dados e segurança.

No caso de Angola, o desempenho mais forte verificou-se nos sistemas centrais e nas plataformas transversais, bem como na expansão dos serviços públicos digitais.

O reconhecimento resulta de um esforço conjunto do Estado, com destaque para o trabalho de coordenação técnica liderado pelo IMA, em articulação com vários departamentos ministeriais, nomeadamente o Ministério das Finanças, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e o do Planeamento.

De acordo com o IMA, o país segue um caminho consistente para a modernização administrativa, está alinhado com a Agenda de Transição Digital da Administração Pública 2027 e com o Programa do Governo, com foco na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas.



Huíla escoia mais de 1500 toneladas de ameixas e laranjas

23 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Estanislau Costa | Jornalista

Mais de 1500 toneladas de ameixas e laranjas, frutas produzidas por jovens dos municípios da Humpata, Matala, Lubango, Chibia e Cacula, já começaram a ser escoadas para outros pontos do país, com destaque, além da própria Huíla, para os mercados do Namibe, Benguela e Luanda.

Os produtores, alguns formados no Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro, estão a trabalhar para reactivar os campos de produção de fruta, especialmente aqueles que se encontravam abandonados por certos camponeses autóctones, devido à falta de recursos e às irregularidades das quedas pluviométricas.

Importa referir que o fomento e aumento de citrinos está a envolver também outros jovens, em que as referências são Pedro Kessonde, Joaquim Bento, Tchongolola Fidel, formados no Instituto Agrário do Tchivinguiro, que encontraram a oportunidade para colocar em prática os conhecimentos que adquiriram.

Além disso, os jovens formados no Tchivinguiro têm aconselhado os demais produtores a utilizarem, com frequência, fertilizantes naturais durante a preparação do solo, por não possuir produtos químicos de origem industrial nocivos à saúde.



Cesta básica regista aumento de preços em véspera de Natal

23 de dezembro de 2025

Nelson Bonito | Jornalista

Muitos cidadãos no município de Menongue, província do Cubango, manifestaram-se preocupados com a subida dos preços dos principais produtos da cesta básica, sobretudo durante esta época da quadra festiva.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola, no Cubango, saiu às ruas da cidade de Menongue para constatar a realidade dos preços praticados nos principais estabelecimentos comerciais e mercados paralelos, para ouvir os consumidores e comerciantes sobre a actual situação preocupante.

A cidadã Paula António afirmou que, neste momento, os produtos da cesta básica registaram aumentos consideráveis nos principais mercados e estabelecimentos comerciais, destacando o bacalhau como o produto mais caro, seguindo-se o azeite, grão de bico, ovos, açúcar, arroz, farinha de trigo, manteiga e fermento.

Outra munícipe, Nelma Manuel Mucunga, considerou que os preços da cesta básica estão bastante elevados, tanto nos mercados como nos armazéns, atribuindo a situação a vários factores, como a especulação de preços, o aumento da procura devido às festas de Natal, a desvalorização da moeda nacional e o aumento do custo dos combustíveis.

A consumidora acrescentou que, nesta época, as famílias procuram mais produtos como farinha de trigo, leite, ovos, manteiga, fermento e açúcar, além dos itens que fazem parte da cesta básica habitual, como arroz, óleo e massa alimentar.

Para as famílias com menos possibilidades financeiras e que enfrentam dificuldades na aquisição de todos os produtos desejados, revelou que a situação torna-se ainda mais preocupante, obrigando as mesmas a lidar com a escassez de alguns bens essenciais.

Nelma Manuel Mucungo é de opinião que, perante este cenário, muitas famílias acabam por optar apenas pelos produtos considerados mais importantes, priorizando o essencial para garantir a ceia de natal e a sobrevivência durante o período festivo.

Por sua vez, a comerciante Mariana de Fátima explicou que as alterações de preços nos armazéns grossistas obrigaram também os vendedores dos

mercados informais a ajustarem os valores da comercialização. Segundo ela, no mercado do bairro Paz foi inevitável a subida de alguns produtos.

A comerciante detalhou que o pacote de manteiga está a ser vendida entre 300 e 500 kwanzas, a farinha de trigo de um quilograma custa 600 kwanzas, o fermento varia entre 300 e 700 kwanzas o pacote, o cartão de ovos custa cerca de seis mil kwanzas, o litro de óleo varia entre 1.800 e 2.100 kwanzas, e o quilograma de arroz a mil kwanzas.

Marcelino Sopite, gerente da loja Anjo-Esma Comercial, disse que durante a quadra festiva o seu estabelecimento regista grande afluência de clientes, tendo em vista que os preços dos produtos da cesta básica são considerados mais acessíveis.

De acordo com o gerente, os preços variam conforme a marca dos produtos, referindo que a caixa de óleo Fula custa 24 mil kwanzas, enquanto outras como OKI entre 20 mil e 22.700 kwanzas, o saco de arroz de 20 quilogramas ronda entre 21.950 e 22.850 kwanzas. Até ao momento, segundo ele, os preços mantêm-se inalterados, apesar de haver informações de que algumas lojas já começaram a os ajustar.



Produção de arroz na Huíla: Fazenda da Matala eleva safra para 5 mil toneladas por ano

23 de dezembro de 2025

Domingos Calucipa | Jornalista

A fazenda agrícola Olombi Agronegócios, baseada no perímetro irrigado da Matala, Leste da província da Huíla, colheu no ano agrícola 2024/2025 cerca de cinco mil toneladas de arroz, superando as 4,5 toneladas da época produtiva anterior.

Ao explorar aproximadamente 350 hectares para o cultivo de arroz, milho, feijão, soja e batata-rena, a unidade agrícola, gerida por técnicos chineses, tem como meta, para os próximos dois anos, atingir as 7 mil toneladas de arroz anuais, de acordo com o assistente administrativo da empresa, Anderson Tuvecalela.

Segundo o responsável, a dinâmica é elevar cada vez mais a produção a menos custos, expandir o produto no mercado e reduzir os preços ao consumidor final.

Anderson Tuvecalela disse que fruto dessa dinâmica e a inauguração, há dois meses, de uma unidade de produção de fertilizantes da empresa, sediada na província do Namibe, que já começa a dar resultados na redução dos custos no processo de cultivo, quando toda a base de fertilização era feita com insumos importados.

O responsável admitiu que a unidade está a produzir totalmente a base de fertilizantes feitos totalmente a nível local e que a fazenda dispõe, nesta altura, de grandes quantidades de arroz com casca, cujo descasque é feito apenas em função das quantidades solicitadas pelos grandes compradores.

“Para aqueles clientes que desejam pequenas quantidades, como alguns sacos, temos sempre disponíveis entre dez e 20 toneladas de arroz descascado”, adiantou Anderson Tuvecalela.

Preços competitivos

O arroz, que levou a marca de “Olombi”, e que já conquistou os gostos dos consumidores, a pesar de o preço ser ainda considerado alto, está a ser comercializado a 28.000 kwanzas o saco de 25 quilogramas, ao passo que o misto, que contém grãos uns completos outros partidos, sai a 18.000 kz.

O responsável explicou que, com a entrada da fábrica de fertilizantes, a fazenda hoje poupa mais recursos com o processo de adubação, o que vai contribuir na redução do preço do arroz, do milho e de outros produtos ali cultivados nos próximos tempos, esperando-se, com isso, ampliar o consumo do cereal quer na região como noutras partes do país.

A empresa marcou presença na VIII Feira Provincial da Batata, edição 2025, realizada no Lubango de 16 a 21 último, numa iniciativa da Associação Agro-Industrial, Comercial e Industrial da Huíla (AAPCIL), onde estiveram presentes

perto de 120 produtores nas vertentes de batata-rena, milho, cebola, alho, feijão, arroz, soja, assim como da avicultura e da suinocultura de 12 municípios.

Além de arroz, soja e milho, a empresa expôs também a sua nova linha de fertilizantes, designadamente amónio, ureia e NPK, também designado 12-24-12, produzido na vizinha província do Namibe.



Feira de Produtos Agrícolas da Província de Cabinda arrecada mais de 63 milhões

24 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Arsénia Manuel | Jornalista

A quarta edição da Feira Provincial de Produtos Agrícolas 2025, que decorreu de 18 a 23 de Dezembro, no município do Liambo, província de Cabinda, produziu um volume de negócios na ordem dos 63.078.352 (Sessenta e três milhões, setenta e oito mil e trezentos e cinquenta e dois kwanzas).

O evento, que teve a duração de cinco dias, reuniu cerca de 300 expositores vindos dos dez municípios da província de Cabinda.

Durante o certame, mais de cinco mil visitantes que passaram pela feira viram às exposições, fizeram compras e firmaram acordos de parcerias com vista ao aumento da produção agrícola e desenvolvimento agro-pecuário, além de outros com algumas seguradoras e agências bancárias.

No encerramento, a secretária provincial do Comércio, Odeth da Cruz, disse que o evento revelou à verdadeira capacidade produtiva dos municípios e marcou um novo ciclo de desenvolvimento económico local.

“Mais do que um espaço de exposição, esta edição da feira de produção agrícola foi um palco de parcerias com impacto directo à economia local”, concluiu.

Vias de acesso

Os agricultores que expuseram os seus produtos na Feira Agrícola indicaram que a degradação de algumas vias de acesso tem dificultado o escoamento de vários produtos para os centros de consumo.

No final da actividade, o Jornal de Angola ouviu alguns produtores que apontaram que o difícil acesso para as áreas de cultivo tem contribuído para a deterioração, o que afecta de forma negativa na renda dos agricultores.

A responsável da cooperativa Macongo, Pascoalina Mafuta, disse que por falta de algumas vias de acesso em condições, existe quantidades de produtos agrícolas que continuam a deteriorar-se nos campos de produção, o que aumenta a carência alimentar no seio de algumas famílias camponesas.

A agricultora disse que poucas cooperativas agrícolas conseguem escoar os seus produtos para os mercados de consumo e estabelecem preços elevados, devido às dificuldades que enfrentam na transportação dos alimentos.

A gestora disse que a cooperativa que dirige produz banana, mandioca, dendém, batata-doce, macoco, inhame, jinguba, frutas diversas, entre elas abacate, abacaxi, goiaba, limão e mamão.

Apesar de existir falta de escoamento de produtos diversos, durante a IV edição da feira local, alguns expositores mostraram-se satisfeitos com os resultados, com destaque para a oportunidade de negócio, o contacto directo com os consumidores e a possibilidade de firmar parcerias.

João Valela, 67 anos, produtor de citros, patos e galinhas disse ter conseguido vender toda a sua colheita . “Ganhei dinheiro e novos clientes. Foi uma oportunidade muito grande de negócio”, afirmou.

Gabriel Camanja, 57 anos, disse ter conseguido vender os seus produtos e ter alcançado um volume de negócio desejado. Apelou às autoridades a pautarem por iniciativas de género pelo facto de encontrarem nestes eventos parcerias para a venda de produtos do campo agrícola.

Mais oportunidades

Para os expositores, a feira permitiu atrair mais oportunidades de negócios e estabelecer contactos com os camponeses e agricultores de vários pontos da província de Cabinda para dinamização da actividade.

Segundo o chefe de secção e inspecção do Instituto Nacional da Segurança Social, José Pedro, o evento serviu para mostrar ao público, em especial, aos agricultores locais que podem estar inseridos no portal da segurança social, de modo a garantir a sua reforma nos tempos futuros.



Ministério das Finanças pagou salários de todos funcionários públicos

24 de dezembro de 2025

JA Online

O Ministério das Finanças informou, esta quarta-feira, que se encontram integralmente pagos os salários de todos os funcionários públicos, no âmbito da programação financeira do Tesouro Nacional.

Em comunicado que o Jornal de Angola Online teve acesso, aquela departamento ministerial sublinha que foi, também, concluído o pagamento da última parcela referente ao 13.º salário, ao abrigo do Decreto Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º264/17, de 4 de Julho.

"O Ministério das Finanças mantém-se disponível para o esclarecimento de eventuais questões e recomenda a consulta dos seus canais oficiais para a obtenção de informações fidedignas e actualizadas", lê-se na nota.



Avicultor local garante venda de frangos para quadra festiva

24 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

José Chaves | Jornalista

O agricultor Evaristo Chivinda dispõe de mais de três mil e 500 frangos de corte vivos para abastecer o mercado da província do Bié, durante o período da quadra festiva.

Evaristo Chivinda, que é o proprietário da Fazenda Chine e Filhos, localizada na povoação de Camunda, município de Calussinga, província do Bié, apontou que o objectivo é contribuir para o fomento da segurança alimentar e da produção avícola na região.

O agricultor manifestou que está apostado na produção de frangos de corte vivos com o objectivo de suprir a crescente demanda local e regional por carne de frango

"O principal objectivo é contribuir para redução da importação de carne de frango e reforçar a segurança alimentar no município e na Região Centro do país", disse, tendo acrescentando que a intenção é fortalecer a cadeia de abastecimento alimentar no Bié e nas províncias circunvizinhas.

Evaristo Chivinda afirmou que a maior preocupação de momento tem que ver com a escassez de ração que é essencial para manter a saúde e o crescimento das aves. Sublinhou que os frangos vão ser comercializados no mercado local e na vizinha província do Huambo.

A Fazenda Chine e Filhos além da produção de frangos de corte está também a apostar na produção de ovos e no cultivo em grande escala de milho, feijão e mandioca. A unidade que opera desde 2017, conta com uma área de dois mil hectares e possui mais de 50 trabalhadores, sobretudo jovens.

A província do Bié conta com 1.794.387 habitantes. Ocupa uma superfície de 70.314 Km² e apresenta um relevo planáltico. Os citrinos, arroz, feijão, milho, sisal, banana, horticultura e café são as principais actividades agrícolas. A agricultura tem sido o principal sector de desenvolvimento económico da província. Dos recursos mineiros, constam o alcatrão, ferro, manganésio, diamantes e minerais radioactivos, minerais caulino e outros.



Feira da batata abre oportunidades para o escoamento de produtos

25 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Domingos Calucipa | Jornalista

Os empresários de diferentes ramos da actividade agrícola da província da Huíla buscam oportunidades de mercado para escoamento da produção na XV Feira do Natal e VIII Feira da Batata que se realizam, este mês, no espaço da Expo da cidade do Lubango.

Organizadas anualmente pela Associação Agro-Industrial, Comercial e Industrial da Huíla (AAPCIL), o evento duplo reúne, até domingo, perto de 60 feirantes, entre produtores de batata-rena, cebola, alho, feijão, milho, arroz, soja, frutas, bem como produtos avícolas e derivados de carne de porco, dos municípios da Humpata, Matala, Palanca, Lubango, Chibia, Quipungo e Capunda-Cavilongo.

O agricultor Issa Diallo Fernandes, da cooperativa 1º de Maio, baseada no perímetro irrigado da Matala, trouxe para a feira cerca de cinco toneladas de batata-rena, galinhas poedeiras, galinhas nacionais, ovos, alho e variedades de mangas, que está a considerar o processo de vendas um êxito.

Segundo o agricultor, a grande dificuldade que grande parte dos produtores tem enfrentado no dia-a-dia tem a ver com o transporte e vias de acesso às zonas de produção, o que faz com que muitos acabem por comercializar localmente a preços muito a baixo dos praticados no mercado.

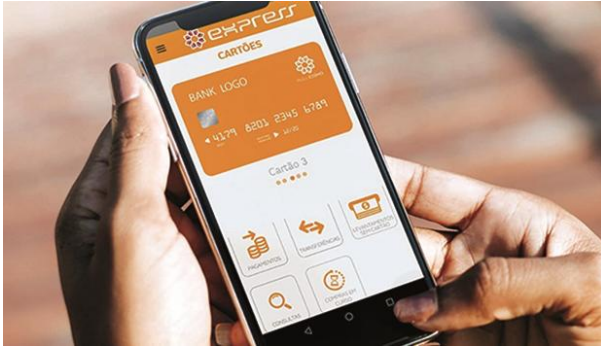
O feirante disse que a Feira do Natal e da Batata tem sido um espaço onde os agricultores escoam, apresentam e vendem os seus produtos aos potenciais compradores, além de firmarem parcerias com outros produtores e empresas de fornecimento de serviços.

Já a fazenda Olombi Agronegócios de cultivo de arroz, também baseada no perímetro irrigado da Matala, está presente no certame com amostras de duas variedades do cereal, milho e de soja. A empresa faz-se presente com a sua nova variante produtiva virada para fertilizantes, como o amónio, ureia e o 12-24-12, inaugurada há três meses na província do Namibe.

De acordo com Anderson Tuvecalela, em representação da Olombe Agronegocios, com a produção de fertilizantes, a empresa pretende impulsionar a produção nacional, sobretudo a actividade dos pequenos agricultores com a comercialização do produto a preços mais baixo do mercado.

“Estamos aqui para expormos e mostrarmos a linha de produção de fertilizantes para os pequenos produtores, visto que o nosso mercado pratica preços muito altos, fora do alcance dos pequenos produtores”, sustentou.

O governador da Huíla, Nuno Bernabé Mahapi, enalteceu a realização da feira da batata que acontece num momento crucial, onde a aposta no empreendedorismo joga um papel fundamental, não só para diversificar a economia, mas para que se consiga alavancar o potencial agrícola, que se esconde nessa província.



Falhas embaraçam cidadãos utilizadores

25 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Um considerável número de utilizadores do aplicativo Multicaixa exteriorizou descontentamento por ter enfrentado, desde terça-feira até no final do dia de ontem, dificuldades no acesso para efectuar transacções de compra, venda e prestação de serviços.

Segundo um comunicado de imprensa, citado pelo JA Online, a EMIS, empresa gestora do Multicaixa Express, esclarece que um congestionamento na rede da operadora móvel Unitel afectou alguns utilizadores do aplicativo, provocando demoras significativas no acesso a esta plataforma digital de pagamentos de serviços.

A EMIS, de acordo com a nota, assegura, também, que, do lado da Rede Multicaixa, todos os sistemas estiveram totalmente operacionais.

“Estamos a acompanhar o tema de perto e a trabalhar em articulação para que a normalização do serviço aconteça em pleno com a maior brevidade possível”, escreve a empresa que gere o Multicaixa Express.

No documento, a EMIS agradece, ainda, a compreensão dos utilizadores e lamenta os transtornos causados por esta situação alheia à Rede Multicaixa.

Por sua vez, a Unitel informou que, na sequência de uma avaria num dos nossos equipamentos centrais, o serviço de dados e de acesso à Internet foi perturbado durante a tarde de ontem, situação que afectou parte dos clientes.

Numa nota, a primeira operadora de telefonia móvel do país agradece a compreensão e reitera o compromisso de prestar um serviço de qualidade aos clientes.

Executivo garante pagamento integral

25 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

O Ministério das Finanças informou, ontem, que os salários dos funcionários públicos referentes aos 12 meses do exercício económico de 2025, assim como a totalidade das parcelas do décimo terceiro mês, já foram integralmente pagos.

Um comunicado enviado às redacções dos órgãos de comunicação sublinha que o Ministério das Finanças se mantém disponível para qualquer esclarecimento que possa, eventualmente, advir, quer por parte dos gestores das unidades orçamentais, quer por parte dos funcionários, desde que sejam devidamente encaminhados junto dos órgãos vocacionados para este efeito.

Os cidadãos contactados pelo Jornal de Angola confirmaram a informação do Ministério, numa altura que era notável grande enchente nas grandes superfícies, minimercados e nos ATM (multicaixas), sobretudo na Baixa de Luanda, numa altura em que também foi notória a tendência da subida de preços dos principais produtos da cesta básica, necessários para a Ceia de Natal.

“O Ministério das Finanças informa que, no âmbito da programação financeira do Tesouro Nacional, se encontram integralmente pagos os salários de todos os funcionários públicos. Informa, igualmente, que foi concluído o pagamento da última parcela referente ao 13.º mês, ao abrigo do Decreto-Lei número 10/94, de 24 de Junho, e do Decreto Presidencial número 264/17, de 4 de Julho”, lê-se no comunicado.

O documento termina a dizer que “o Ministério das Finanças mantém-se disponível para o esclarecimento de eventuais questões e recomenda a consulta dos seus canais oficiais para a obtenção de informações fidedignas e actualizadas. Por ocasião da quadra festiva, desejamos a todos votos de Boas Festas e um Ano Novo próspero”, refere a nota.



Cultivo de feijão no Bié conquista maior espaço

27 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Os camponeses agrupados em cooperativas agrícolas, associações e pequenos produtores individuais da comuna da Gamba, município da Nharêa, no Bié, estão fortemente empenhados na produção de feijão, como parte da presente campanha agrícola de 2025/2026.

Durante uma ronda efectuada pelo Jornal de Angola foi possível constatar que várias lavras nas aldeias, ombalas e povoações da Gamba estão com vários hectares já cultivados.

Os camponeses da Gamba estão a apostar fortemente na produção de feijão, motivados pelo seu alto valor de mercado e crescente procura.

A cultura de feijão tem garantido rendimento financeiro às famílias locais, sendo comercializado não só nos mercados da região, mas também escoado para outras províncias do país, com destaque para Luanda, Moxico, Moxico-Leste, Lunda-Norte e Lunda-Sul.

Esta aposta está a contribuir para o aumento da produção agrícola local, bem como para a dinamização da economia rural e melhoria das condições de vida dos pequenos produtores.

Segundo o director municipal da Agricultura, Pecuária e Pescas da Nharêa, Hélder Huambo, os agricultores locais estão igualmente a apostar no cultivo de milho, mandioca, batata-doce e rena, hortícolas e outras leguminosas, numa clara demonstração de dedicação à diversificação da produção agrícola e combate à fome.

A região da Gamba destaca-se por possuir enormes extensões de terras aráveis e abundantes recursos hídricos, factores que tornam a localidade altamente agrícola.

Estas condições naturais têm incentivado cada vez mais camponeses a apostarem na produção de diversas culturas, contribuindo para a segurança alimentar e o aumento do rendimento das famílias na região.



Sector produtivo gera mais de cinco mil postos de trabalho no Namibe

27 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

A disponibilização de mais de 348 créditos ao sector produtivo nacional permitiu criar cinco mil e 19 postos de trabalho directos, entre 2021 e 2025, na província do Namibe, segundo o governador provincial Archer Mangureira, citado pela Angop.

Archer Mangureira prestava declarações à imprensa no final da VI sessão do Governo Provincial, realizada terça-feira, tendo avançado que, no período em referência, o Estado desembolsou mais de 19 mil milhões de kwanzas destinados à construção de infra-estruturas, produção de bens, prestação de serviços e escoamento de diversos produtos.

O governador sublinhou que 50 por cento dos projectos beneficiados de crédito são do sector da agricultura, 21 por cento da indústria de panificação, 15 por cento do comércio de bens e serviços, cerca de 7,0 por cento relacionados aos transportes e outros 7,0 por cento às pescas.

Archer Mangureira destacou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), Fundo de Garantia de Crédito (FGC), Alívio Económico (AE), o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), Aviso 10 do BNA e a linha direccionada aos operadores de comércio e de distribuição entre os principais instrumentos que facilitaram o acesso ao crédito.

Do ponto de vista dos principais sectores económicos, acrescentou o governador provincial, os projectos financiados beneficiaram o sector primário (Agricultura e Pescas), representando 61 por cento, o sector terciário (comércio e serviços) 37 por cento, enquanto o sector secundário (indústria transformadora) representou 2,0 por cento.

Archer Mangureira sublinhou ainda que das 262 unidades fabris que constituem o parque industrial da província, apenas 160 estão em funcionamento, enquanto 102 se encontram paralisadas, com necessidade de investimento e financiamento.

No último quinquénio, lembrou, a província do Namibe registou um crescente número de investimentos por iniciativas públicas, enquanto no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) permitiu acelerar o processo de diversificação da economia local.



Executivo continua a priorizar investimento no capital humano

27 de dezembro de 2025

Hélder Jeremias/ Jornalista

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás continuará a privilegiar a capacitação de quadros especializados entre as principais linhas estruturantes do Plano de Desenvolvimento Sectorial (PDS), com vista a maximizar os benefícios do potencial geológico em prol da diversificação da economia nacional.

A garantia foi dada aos jornalistas pelo secretário de Estado para os Recursos Minerais durante o seminário “Mining Summit”, organizado recentemente pela Agência Nacional dos Recursos Minerais (ANRM), em parceria com o Instituto Minere do Brasil, no âmbito do acordo sobre intercâmbio com vista à formação de quadros.

Jânio Correia Victor frisou que a formação de técnicos, fora e dentro do país, permitiu congregar uma série de conhecimentos de todas as latitudes, que hoje contribuem no processo de desenvolvimento em curso.

Sublinhou a estratégia do Executivo angolano em priorizar o capital humano como o motor do desenvolvimento nacional.

O secretário de Estado foi categórico em recordar que “o Executivo sempre investiu e continua a investir” fortemente no capital humano enquanto pilar da capacitação e governação, salientando que a competitividade assenta na “estabilidade jurídica e eficiência institucional”, no sentido de congregar todos os factores que permitam “transformar o recurso mineral em factor económico” para o bem-estar da população.

Além das infra-estruturas e quadros, asseverou Jânio Correia Victor, é necessário “desenvolver uma multiplicidade de cadeias de valor” inerentes ao sector, isto é, os minerais, sólidos, líquidos e gasosos, na qualidade de principais objectos de trabalho.

“Não nos devemos ater apenas aos minerais críticos, pois o nosso desenvolvimento assenta na exploração eficiente de todas as espécies, desde os minerais para a construção, agro-minerais, os metais e por ali além. É necessário haver a sapiência e técnica para retirar estes recursos e transformá-los, de facto, em reservas minerais”.

De acordo com o secretário de Estado, a parceria com o Instituto Minere do Brasil é relevante, porque “existem similaridades geológicas e de ocorrência entre o Brasil e Angola”, de modo que a Mining Summit serviu para se debruçar sobre técnicas de cálculo de reservas minerais para quantificação das reservas de acordo com os métodos internacionalmente reconhecidos.

“A presença de técnicos brasileiros no país é uma oportunidade para os profissionais do sector e académicos absorvam novas metodologias e tecnologias, na perspectiva da capacitação de quadros como divisa máxima do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás. O capital humano deve ser constantemente municiado através deste tipo de formações”, disse.

O Mining Summit Angola 2025 enquadra-se estrategicamente nas “Acções Prioritárias” do Executivo, sob liderança do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, João Lourenço, através do Programa de Desenvolvimento e Modernização das Actividades Geológico-Mineiras do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027, em alinhamento com a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2050”.



Do fardo ao destino com estilo

28 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

António Capapa / Jornalista

Da T-shirt do fardo a empreendedor de moda. A história de Gilson é a prova de que a vocação pode estar escondida nos detalhes mais simples.

Os colegas de escola foram o seu farol, despertaram-no quando passou a modificar camisolas grandes compradas no fardo. Adicionava detalhes “para ter uma imagem diferente”, e fazia-o à mão.

Ele já havia procurado emprego, mas era na moda que se sentia “como peixe na água”, como realça.

O seu talento foi formalizado com a conclusão do curso intensivo de seis meses de corte e costura que frequentou em 2019, no Centro de Formação Profissional São Domingos Sávio, promovido pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

O investimento já dava lucros a partir do ano seguinte. E Gilson Paim já se considerava um profissional, passando a sobreviver do trabalho que amava. Ele lembra-se da sua primeira alfaiataria, montada em uma tenda que ele mesmo precisava montar e desmontar, usando um pano como barreira contra o sol. O seu modesto ateliê contentorizado foi-lhe dado pela Organização Não Governamental Acção Humanitária Angola Unida - ACHAU, enquanto as ferramentas iniciais, uma máquina de costura e uma tesoura, foram presentes da sua formação, mostrando que com o básico e muita determinação, é possível construir um império.

Zilo Moda gaba-se por ter clientes que procuram pelo ateliê localizado na emblemática Rua do Povo, no bairro Rangel. O seu trabalho, que antes era feito apenas para homens, agora abrange todos, com peças que reflectem o clima e o ambiente. Entre seus clientes “estão kuduristas, ex-colegas de escola, figuras da cultura e membros da igreja”, todos em busca do toque autêntico do Zilo Moda.

“Graças a Deus, tenho tido muito êxito, senão já teria fechado. As minhas obras falam por mim”, assegura.

O Zilo Moda mostra-se como o rei das soluções. Abre o ateliê às oito e termina o trabalho pouco depois das dezassete horas. É assim de segunda a sábado. Domingo é dia de vestir a fé, de entrar no templo da Igreja Pentecostal para o reencontro com Deus.

Mas havendo encomendas, depois do culto, abre a pequena empresa, já que trabalha “com o tempo”.

Zilo Moda é a alma viva do seu próprio negócio, não tem equipa. É o proprietário e o funcionário. O chefe que motiva e o funcionário que executa. Ou seja, é o coração e as mãos do empreendimento.

No início, pensava em ter um ajudante. Teve manifestações de interesse, algumas pessoas queriam juntar-se a ele. Demonstravam competências, porém, exigiam o que o profissional não estava em condições de satisfazer. “Queriam para além do salário, transporte e alimentação”, revela.

Criatividade e resiliência

Zilo Moda é um exemplo de resiliência, de como se pode superar as dificuldades com criatividade. Ele reconhece que a vida do empreendedor não é fácil. Por isso, é desafiado constantemente diante da escassez de matéria-prima. Recusa-se a ser limitado. Quando as lojas não têm o material, ele recorre aos mercados, onde a parceria com as “senhoras que abrem balões de tecido” garante que a sua criatividade nunca pare.

Sua persistência é inabalável. “Algumas das senhoras já têm os nossos contactos e avisam-nos quando estão para abrir balões”.

Guia para jovens empreendedores

O sucesso de Gilson não é apenas uma história de superação pessoal; é uma lição de vida para a juventude. Ele aconselha os jovens a focarem-se na sua capacitação profissional em vez de apenas buscar emprego. “Muitos andam com as mochilas à procura de empresas para deixar documentos... Vamos capacitar-nos primeiro”, enfatiza.

A jornada de Gilson, que trocou a pedagogia e as ciências físicas e biológicas por um atelier, mostra que vale a pena seguir a própria paixão. Ele teve de adiar o sonho de ingressar na universidade para sustentar a sua família, mas isso não o impediu de se tornar o profissional de sucesso que diz ser hoje.

A formação em empreendedorismo no Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, INAPEM, o ajudou a gerir o seu negócio, transformando a paixão em um projecto sustentável.

Gilson encerra com uma mensagem poderosa: a vida de um empreendedor é como a de um guerreiro. É preciso ser forte, persistente e ter foco. “Se você estiver a pensar que o emprego está difícil e é só para um ganha pão, não vai dar certo”, adverte.

Para ele, não basta sonhar; é preciso agir e lutar pelos seus objectivos. “Não podemos experimentar, temos de agir”.

A história de Gilson Paim é um lembrete de que o talento, quando combinado com persistência e foco, pode criar não apenas roupas, mas um futuro promissor.



Corredor do Lobito coloca Angola no tabuleiro da geopolítica global

28 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Hélder Jeremias / Jornalista

A mobilização de 753 milhões de dólares pelos Estados Unidos, através do U.S International Development Finance Corporation, para o desenvolvimento de projectos ao longo do Corredor do Lobito, configura a maior evidência da importância que o Governo norte-americano atribui ao projecto ferroviário que liga o Porto do Lobito à fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) e a Zâmbia.

A análise foi feita pelo vice-presidente da Global Strategic Platform, Salim Valimamade, ao frisar que o Corredor do Lobito se transformou num dos empreendimentos mais estratégicos de África, ou seja, mais do que uma simples linha férrea, o corredor representa um ponto de convergência entre infraestrutura, desenvolvimento económico, integração regional e geopolítica global.

"A mobilização de 753 milhões de dólares pelos Estados Unidos, através da U.S. International Development Finance Corporation (DFC) e do Development Bank of Southern Africa (DBSA), marcou um novo capítulo na relação entre Angola e

as potências ocidentais, consolidando a ferrovia como instrumento estratégico de competição por influência em África", disse.

O economista lembrou que o projecto consiste na reabilitação e expansão da ferrovia Benguela, que se estende por cerca de 1.300 quilómetros, conectando o Porto Atlântico ao interior africano, sendo que a ferrovia visa facilitar a exportação de minerais críticos, como cobre e o cobalto, extraídos na região do Copperbelt, e integrar cadeias de valor essenciais para indústrias tecnológicas e energéticas globais.

Além disso, reforçou Salim Valimamade, o Corredor do Lobito oferece um atalho logístico mais eficiente que reduz a dependência das rotas tradicionais pelo Oceano Índico e fortalece Angola como um hub regional de transporte e logística, pelo que poderá ter impactos económicos significativos, desde a integração regional, com a facilitação do comércio entre Angola, RDC e Zâmbia, fortalecendo, assim, o bloco SADC e contribuindo para a Zona de Mercado Livre Continental Africana(AfCFTA).

"A redução de custos logísticos com a maior eficiência no transporte de minerais e mercadorias, diminuindo os custos e aumentando a competitividade, a diversificação económica com o estímulo a sectores como a Agro-indústria, os Serviços logísticos e as Cadeias de valor ligadas à tecnologia e à criação de empregos, com o investimento em mais infra-estruturas, a operação da ferrovia e serviços conexos podem gerar milhares de postos de trabalho directos e indirectos", perspectivou.

Estratégia americana

O envolvimento dos Estados Unidos no projecto angolano evidencia um pragmatismo estratégico e geo-económico, no sentido de garantir cadeias de abastecimento de minerais críticos e contrabalançar e diluir a influência chinesa na região, de acordo com o Vice-presidente da Global Strategic Platform.

Salim Valimamade salientou que o financiamento recente de 753 milhões de dólares inclui 553 milhões da DFC e 200 milhões do DBSA, e destina-se à modernização da ferrovia, aquisição de material circulante e implementação de sistemas de sinalização e oficinas.

"Segundo as análises do reputado Dr. Alex Vines, Director do Departamento dos Assuntos Africanos da European Council on Foreign Relations (ECFR), no seu artigo recente 'Caught in the Corridor: Angola, Europe and America', o interesse americano não se limita à infra-estrutura física, mas também à segurança de cadeias de suprimentos globais, considerando a crescente procura por minerais essenciais à indústria de veículos eléctricos, baterias e tecnologias renováveis", salientou.

Adicionou que as iniciativas como o apoio ao projecto de terras raras Longonjo, com a garantia de financiamento de 3,4 milhões de dólares, evidenciam que os EUA estão a colocar Angola no centro da sua estratégia de segurança industrial não apenas como fornecedor de petróleo, mas também de minerais essenciais.

Angola e a alavancagem Geopolítica

O Docente de Economia da Universidade Católica reconheceu que a diplomacia angolana assenta numa estratégia mais pragmática e de não alinhamento, diversificando os parceiros externos e tirando proveito das vantagens geo-económicas que Angola possui, desde a sua geografia privilegiada (longa costa atlântica) e os seus recursos energéticos e minerais que são altamente apetecíveis.

Nesta conformidade, reiterou o académico, o Corredor do Lobito representa uma oportunidade única de alavancagem geopolítica e o país pode negociar com múltiplos parceiros, atraindo capital e fundos de investimentos, tecnologia e expertise internacional, ao mesmo tempo que tenta manter soberania e autonomia estratégica.

Em sua óptica, o projecto constitui, também, uma oportunidade de diversificação económica e de maior relevância estratégica, mas também implica desafios de dependência geopolítica se não forem implementadas políticas locais robustas de industrialização e de valorização de recursos locais.

Salim Valimamad frisou que a presença chinesa em Angola e em África continua significativa através da sua iniciativa Road and Belt. Ajustes no acesso a projectos estratégicos, como o Corredor do Lobito, podem criar tensões

diplomáticas ou económicas, exigindo que Angola tenha uma maior sensibilidade na negociação entre os blocos ocidental e a China.

Na sua análise, a capacidade do país de usar a competição entre os EUA, a UE, a China, a Índia e outros actores para o seu benefício estratégico será determinante para transformar o Corredor num motor de desenvolvimento sustentável.

"A gestão estratégica do Corredor dependerá, assim, da capacidade do país de equilibrar interesses de parceiros externos com o fortalecimento da industrialização local, da criação de empregos e da capacitação institucional, para que o Corredor de Lobito não seja apenas um enclave de extracção mineira", asseverou.

Conclui a dizer que se Angola conseguir equilibrar interesses externos com o fortalecimento interno, o Corredor poderá tornar-se num exemplo de desenvolvimento sustentável e integração regional, além de consolidar o país como um actor relevante na geopolítica global.



Angola reduz importação de farinha de trigo, milho e óleo alimentar

31 de dezembro de 2025

JA Online

Angola tem reforçado a sua capacidade de produção de bens alimentares essenciais, como o trigo, o milho e os óleos alimentares, no quadro das políticas públicas orientadas para a promoção da produção nacional e a redução da dependência externa.

A informação foi avançada, terça-feira, em Luanda, durante o acto de cumprimentos de fim de ano do sector da Indústria e Comércio, promovido pelo Ministério da Indústria e Comércio, no qual foram abordadas as principais acções em curso no domínio da produção e da regulação do mercado.

De acordo com o ministro Rui Miguêns de Oliveira, no âmbito da produção interna, o sector tem apostado no reforço da indústria transformadora e no aumento da capacidade produtiva agrícola, com vista à auto-suficiência progressiva em bens essenciais.



Produzidas mais de 18 mil toneladas de sal no município da Baía Farta

31 de dezembro de 2025

Jornal de Angola

Arão Martins Jornalista

Mais de 18 mil toneladas de sal foram produzidas, em 2025, pelas Salinas do Chamume, pertencentes à empresa Manuel A. M. Rodrigues e Filhos Lda, localizadas no município da Baía Farta, província de Benguela.

Mensalmente, a salina produz cerca de 1,5 toneladas de sal, sendo que o objectivo é atingir mais de 5.000 toneladas por mês, com base na modernização efectuada.

O proprietário da salina, Manuel Rodrigues, informou ao Jornal de Angola que a meta da empresa é produzir 50 mil toneladas de sal por ano.

“Começámos com níveis baixos. Actualmente, os níveis cresceram substancialmente, produzindo cerca de 1.500 toneladas de sal por mês, e o objectivo é alcançar as 5.000 toneladas mensais”, explicou. Segundo o empresário, os níveis actuais de produção são satisfatórios, permitindo atender às necessidades do mercado nacional e também de outros países.

O sal produzido pela empresa, informou, começará a ser exportado para a República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia e outros países que necessitam deste produto.

De acordo com a fonte, trata-se de uma salina antiga que foi modernizada e reúne condições para fornecer sal de qualidade. Manuel Rodrigues esclareceu

que a salina foi reconstruída para funcionar de forma mecanizada, garantindo maior eficiência e qualidade na produção.

“O nosso sal é semelhante ao produzido por outras empresas e grupos. O que nos diferencia é o facto de estarmos localizados numa boa zona, com água de qualidade. A nossa salina já está industrializada”, explicou.

O empresário valorizou a concorrência e enalteceu a medida do Executivo que proibiu a produção de sal em lona, salientando que, em outros países, esse método é utilizado apenas para sal destinado às indústrias.

“Nos países onde se utiliza lona, o sal serve para derreter gelo nas estradas ou para uso industrial. Para consumo humano, temos de produzir sal com qualidade, pois o plástico é mundialmente reprovável”, afirmou.

Com mais de 330 trabalhadores efectivos, o sal do Chamume destina-se principalmente ao mercado interno e à República Democrática do Congo. O empresário afirmou que investir na Baía Farta é apostar no sucesso económico, defendendo, no entanto, a continuidade do apoio aos empresários, tal como tem acontecido.

“Temos recebido muitos apoios e precisamos que continuem, para que a Baía Farta continue a crescer como tem crescido”, apelou. O Executivo, continuou, tem apoiado a classe empresarial local, realçando que a Baía Farta possui grande diversidade económica, com sectores como Pesca, salinas, Turismo, Agricultura, entre outros, que prosperam na região.

Manuel Rodrigues reconheceu o crescimento da localidade, lembrando que, em 1978, a Baía Farta tinha apenas algumas casas, tendo crescido substancialmente ao longo dos anos.

Segundo a fonte, a Baía Farta dispõe de áreas adequadas para construção e produção. “A Baía Farta é uma boa terra para investir. Aos 60 anos do município, temos uma região em crescimento, impulsionada pelo Corredor do Lobito, que inclui o Porto do Lobito e o Caminho-de-Ferro de Benguela, criando várias oportunidades”, destacou.

“Tudo o que produzimos pode ser enviado para outros países. Temos condições para prosperar, pois a Baía Farta está situada à beira-mar e tem acesso à linha férrea, o que facilita o transporte de produtos como sal e peixe”, concluiu.

